

Diário da Assembleia

N^os 2.454 / 2.455 / 2.456

CURITIBA, 7, 8 E 11 DE MAIO DE 1970

ANO IX

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

3.^a Sessão Legislativa da 6.^a Legislatura Constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

LISTA DE PRESENÇA

FRANCISCO ESCORSIN
ARTHUR DE SOUZA
DAVID FEDERMANN
GABRIEL MANOEL
HAROLD BIANCHI
OLÍVIO BELICH
LEOPOLDO JACOMEL
ABRAHÃO MIGUEL
AGNALDO PEREIRA LIMA
ALENCAR FURTADO
AMADEU PUPPI
ANTÔNIO LOPES JÚNIOR
ARMANDO QUEIROZ
ARNALDO BUSATO
EMÍLIO CARAZZAI
ERONDY SILVERIO
EURICO ROSAS
FABIANO BRAGA CORTES
FUAD NACLI
IGO LOSSO
IVO TOMAZONI
JOÃO MANSUR
JORGE SATO
LUIZ CRUZ
LUIZ MALUCELLI
NELSON BUFFARA
OLAVO FERREIRA
OLÍVIO GABARDO
OVIDIO FRANZONI
PAULO CAMARGO
PAULO POLI
PINTO DIAS
ROBERTO GALVANI
ROBERTO WYPYCH
SEME SCAFF
SILVIO BARROS
TULIO VARGAS
WILSON FORTES

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente: Francisco Escorsin
1.^o Vice-Presidente: Arthur de Souza. 2.^o Vice-Presidente: David Federmann. 1.^o Secretário: Gabriel Manoel. 2.^o Secretário: Haroldo Bianchi. 3.^o Secretário: Olívio Belich. 4.^o Secretário: Leopoldo Jacomel.

COMISSÕES TÉCNICAS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE: Emílio Carazzai (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)
ARENA: Ivo Thomazoni — Arnaldo Busato — Paulo Poli — Abrahão Miguel — Tullio Vargas
M.D.B.: Nelson Buffara
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Olavo Ferreira — João Mansur — Pinto Dias — Luiz Cruz — Wilson Fortes — Ovidio Franzoni — Roberto Galvani — Fabiano Braga Cortes — Amadeu Puppi
M.D.B.: Olivir Gabardo — Silvío Barros
Secretário: Maria Amália Cesar Cerci de Oliveira
Reuniões: Quartas-feiras

COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Roberto Galvani (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Ovidio Franzoni — João Mansur — Paulo Poli — Roberto Wypych — Wilson Fortes
Suplentes:

ARENA: Antônio Lopes Júnior — Seme Scaff — Pinto Dias — Ivo Thomazoni — Luiz Cruz — Igo Losso — Amadeu Puppi
M.D.B.: Alencar Furtado
Secretário: Léllo Guimarães Soto-Maior
Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Olivir Gabardo (M.D.B.)
ARENA: Abrahão Miguel — Seme Scaff — Aguinaldo Pereira Lima
Suplentes:
ARENA: Wilson Fortes — Luiz Cruz — Roberto Galvani — Ovidio Franzoni
M.D.B.: Silvío Barros
Secretário: José do Canto Filho
Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE: Abrahão Miguel (ARENA)
VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)
ARENA: Jorge Sato — Fuad Nacli — Roberto Galvani — Luiz Renato Malucelli — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Ovidio Franzoni — Aguinaldo Pereira Lima — Luiz Cruz — Pinto Dias — Antônio Lopes Júnior — João Mansur — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Carmem Aparecida Fregonese

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Silvío Barros (M.D.B.)

ARENA: Roberto Galvani — Olavo Ferreira — Aguinaldo Pereira Lima

Suplentes:

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Igo Losso — João Mansur — Ovidio Franzoni

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Antônio Lacerda Braga Neto

Reuniões: Terças e Sextas-feiras

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes — Seme Scaff

M.D.B.: Alencar Furtado

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Jorge Sato — Tullio Vargas — Armando Queiroz — Fuad Nacli

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Ovidio Franzoni (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Eurico Rosas (M.D.B.)

ARENA: Arnaldo Busato — Amadeu Puppi — Paulo Camargo

Suplentes:

ARENA: Emílio Carazzai — Igo Losso — Seme Scaff — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Olivir Gabardo

Secretário: Lóris Cordel de Barros

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Igo Losso (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: Abrahão Miguel — Emílio Carazzai — Luiz Cruz — Wilson Fortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Ivo Gusso

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Olavo Ferreira (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Alencar Furtado (M.D.B.)

ARENA: Igo Losso — Luiz Cruz — Roberto Wypych

Suplentes:

ARENA: Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior — Abrahão Miguel

Seme Scaff — Amadeu Puppi

M.D.B.: Silvío Barros

Secretário: Ney Rodrigues

Reuniões: Quintas-feiras

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Aguinaldo Pereira Lima (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Ivo Thomazoni (ARENA)

ARENA: Fabiano Braga Cortes

M.D.B.: Eurico Rosas

Suplentes:

ARENA: Igo Losso — Olavo Ferreira — Luiz Renato Malucelli — Antônio Lopes Júnior

M.D.B.: Nelson Buffara

Secretário: Roberto Diniz Satyro

Reuniões: Terças-feiras

COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: João Mansur (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Nelson Buffara (M.D.B.)

ARENA: Seme Scaff — Pinto Dias — Roberto Galvani

Suplentes:

ARENA: Luiz Cruz — Paulo Camargo — Luiz Renato Malucelli — Igo Losso

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Gilberto Felix da Silva

Reuniões: Segundas-feiras

COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Luiz Renato Malucelli (ARENA)

VICE-PRESIDENTE: Seme Scaff (ARENA)

ARENA: Wilson Fortes — Pinto Dias

M.D.B.: Nelson Buffara

Suplentes:

ARENA: João Mansur — Luiz Cruz — Fabiano Braga Cortes — Arnaldo Busato — Olavo Ferreira

M.D.B.: Eurico Rosas

Secretário: Maria Stella M. A. Gurgel

Reuniões: Condicionadas à matéria de sua competência

4.ª Sessão Legislativa de 6.ª Legislatura Ata da Sessão Especial Destinada a Homenagear o Sr. Deputado Federal Haroldo Leon Peres, Futuro Governador do Estado do Paraná Realizada em 7 de Maio de 1970 (Quinta Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Gabriel Manoel e Haroldo Bianchi.

As 15.30 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Fiedermann, Haroldo Bianchi, Olivio Belich, Leopoldo Jacomet, Agnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Arnadeu Puppi, Antônio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carazzini, Erondy Silveiro, Eurico Rossas, Fabiano Braga Cortes, Foad Nacli, Ivo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros, Túlio Vargas e Wilson Fortes (38).

O SR. PRESIDENTE — Declara aberta a Sessão Especial, destinada a homenagear o sr. deputado federal Haroldo Leon Peres. Esta Presidência designa uma Comissão composta pelos srs. deputados Olavo Ferreira, Roberto Galvani, Luiz Malucelli, Jorge Sato, Leopoldo Jacomet e Paulo Poli para recepcionarem S. Exa., à entrada deste Poder e introduzi-lo no Plenário. É suspensa a Sessão).

O SR. PRESIDENTE — Declara reaberta a sessão.

Sr. deputado Haroldo Leon Peres, futuro governador do Estado.

Exa. sra. Helena Leon Peres.

Srs. Deputados, meus Srs. minhas Sras.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná sente-se sumamente honrada em receber hoje a visita oficial do sr. deputado federal Haroldo Leon Peres, nosso futuro governador. Sente-se mais honrada ainda por ter sido S. Exa. como nós, durante longos anos, Deputado Estadual, e sem dúvida alguma, um dos mais brilhantes que esta Casa já teve.

Sr. deputado Haroldo Leon Peres, queremos que V. Exa. sinta-se como em sua própria casa, esta Casa onde V. Exa. tanto lutou em favor dos interesses da coletividade paranaense. E, esta mesma Assembléia Legislativa que hoje o recebe e que, dias atrás, pela totalidade da bancada da Arena, congratulou-se com S. Exa. o Exmo. Sr. Presidente da República, Emílio Médici, pela sua indicação à governança de nosso Estado.

Estamos certos, deputado federal Leon Peres que V. Exa., conhecedor profundo que é dos nossos mais variados problemas está em condições de realizar um grande governo em favor do povo paranaense, cumprindo assim as metas do presidente Emílio Médici, no sentido do desenvolvimento nacional. Receba, portanto, deputado Haroldo Leon Peres, a prova de nossa confiança, da mais acalorada esperança nos destinos de nosso Estado, entregue às mãos honradas de V. Exa.

Concedo a palavra ao sr. deputado Ivo Tomazoni, para saudar o sr. deputado Haroldo Leon Peres, futuro governador do Estado, em nome da Assembléia Legislativa.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente da Assembléia Legislativa. Srs. Deputados.

Sr. 1.º Secretário Gabriel Manoel.

Sr. 2.º Secretário Haroldo Bianchi.

Deputado Haroldo Leon Peres.

Sra. Helena Miranda Leon Peres.

(Lendo): "Inesquecível ficará nos Anais desta Casa de Lei, o dia de hoje. Recebe o Poder Legislativo do Paraná um de seus filhos, pois durante duas legislaturas representou o Paraná nesta Assembléia. Recebe não um ex-companheiro, a bancada da Arena, mas um colega que, na Câmara Federal representa a parcela do Estado. Recebe o Movimento Democrático Brasileiro um representante do Paraná no Congresso Nacional. Homenageia a Assembléia Legislativa, um homem que, durante 8 anos nesta Casa, foi defensor dos interesses do povo paranaense. Recebe, desta feita, honrada e engalanada, o deputado Haroldo Leon Peres, como futuro Chefe do Poder Executivo. Recebe o homem escolhido pelo Presidente da República para concorrer à governança do Estado.

Difícil é a missão deste modesto parlamentar, que em outras éras perfilhou no mesmo partido que o homenageado desta tarde, e que hoje une seus esforços para levar o País à trilha do desenvolvimento do bem-estar de todos dentro das nossas tradições cristãs e dentro de nossa história. Difícil é a tarefa que neste instante cumprimos por honrosa deferência da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, para prestar uma homenagem a aquele que haurou com tanto brilho a cadeira de Deputado Estadual, e atualmente, a de Federal, indicado recentemente para o elevado e honroso cargo de futuro Chefe do Poder Executivo do Paraná.

Sr. Presidente, srs. Deputados, para não ser levado pela emoção, e não ser traído pelo sentimento de velhas batalhas que travamos juntos, com este que será o Governador de todos os paranaenses, tomamos a liberdade de prestar esta homenagem, escrevendo as palavras de saudação.

Vivemos nós, o País, e o mundo, uma fase que chamariamos de gestação de uma nova civilização. Encontramo-nos numa hora em que o mundo já não está dividido entre dois blocos, desenvolvido e subdesenvolvido. Vivemos o momento em que a humanidade está tripartida entre o mundo de miséria, o mundo pós industrializado e o mundo em vias de desenvolvimento.

Nossa Pátria vive os problemas de quem procura romper com o subdesenvolvimento e com todas as energias busca o bem-estar e procura o desenvolvimento.

Há um marco indelével, há uma ruptura profunda, há uma separação em nossa história econômica, social e política, com um passado não muito distante, implantado no País. Esse momento, que foi pautado por lutas ingênuas de brasileiros que, voltados para o futuro, representou não o esmagamento do passado, mas a compreensão desse mesmo passado. Não poderia sem imposta uma ruptura que nos desviasse para caminhos que espelham a liberdade, que esmagam a pessoa humana, que desvirtuam as tradições cristãs. Foi feita uma revolução, embora não unida com sangue, mas consagrada pelos homens bem intencionados, que a traduziram na mudança de métodos, na moralização dos costumes, na ordenação e respeito aos princípios dos nossos maiores.

Esse marco já está implantado. É irreversível. Há uma segunda etapa, existe um segundo momento em que todas as revoluções devem pensar, e coordenar seus esforços. Esse momento é a hora que vivemos: É o momento da elaboração de uma nova ordem.

Deputado Haroldo Leon Peres, Vossa Exa., foi um dos batallhões na implantação da primeira fase. Efetivamente, desde seus tenros anos de vida, quando estudante de Direito, já lutou por um ideal novo, por uma ordem nova. Difícil foram seus primeiros passos, pois para custar seus estudos, não tomou o trabalho bancário, de professor secundário, enfrentando a luta, ao mesmo tempo em que se dedicava à causa pública, nas lides estudantis, liderando movimentos de jovens que desejavam uma Pátria Grande. Sua luta pela vida na profissão liberal na cidade de Maringá, levou-o a pleitear postos públicos para ter uma tribuna onde pudesse defender os ideais alimentados desde a juventude. Poderia V. Exa., com o prestígio que destrava na cidade que escolheu para seu trabalho, fruir da tranquilidade da lar, mas sua vocação para a luta em prol do bem comum, em benefício da moralidade pública, em defesa de novos métodos e programas que efetivamente estivessem voltados para uma Pátria Grande.

Recorda-se esta Casa, principalmente na pessoa de alguns deputados que destruíram de sua companhia, a luta que travou em prol dos postulados e programas que defendia. Os Anais atestam o brilhantismo de sua passagem pela tribuna na luta por uma política do café, confirmam sua batalha em defesa dos interesses nacionais, quando homens, mais brasileiros tentaram subverter a ordem e impor uma ideologia e um regime desconforme à tradição e aos fundadores desta nação latina. Recordam-se do verbo fulminante de V. Exa., contra a esquerdização da nossa Pátria, lembram a dura batalha travada para defender os primeiros passos que a revolução de marco implantou.

Recordam suas intervenções calorosas, inteligentes, vibrantes, na defesa dos ideais revolucionários.

O Paraná acompanhou a liderança de Vossa Exa., na Câmara Federal. O povo participou de sua atuação como Vice-Líder do Governo da Revolução, durante o mandato do marechal Arthur da Costa e Silva, bem como nos atuais dias. Sabe de sua luta em prol da revolução. Conhece a batalha de V. Exa., travada por ocasião das passeatas estudantis, da elaboração da Constituição, da defesa da Revolução no triste episódio Márcio Moreira Alves. Sim, conhece esforço em tantos episódios históricos.

Deputados Haroldo Leon Peres, por esta primeira etapa, a Assembléia Legislativa, o Paraná, recebe V. Exa. com gratidão, com respeito, pois conhece o quanto fez para que o Movimento que é a verdadeira Revolução, represente para o País.

Todavia, queremos reabrir-lhe, igualmente como o homem eleito, como o candidato da ARENA, que o presidente Médici escolheu para gerir o Paraná. Cremos, que esta concessão, representa não um prêmio, embora soberbamente o mereça. Representa o Momento de Elaboração de nova ordem, do prosseguimento da 2.ª etapa da Revolução. Efetivamente, deputado Haroldo Leon Peres, os representantes do Povo têm a consciência de que este Estado, já se integrou na revolução do desenvolvimento, pois os dois últimos governos, atestam-no firmemente à Nação inteira de que o Paraná está em franco progresso. O governador do Estado, Paulo Pimentel, entregará às mãos de V. Exa., uma infra-estrutura asfáltica, elétrica, de comunicações, educacional e sanitária, que causa inveja a muitos. Isto já existe. Todavia, cremos que o País e nossa unidade federativa deve colaborar numa fase nova, na consolidação da unidade nacional, não somente territorial, mas unidade política, unidade de bem-estar social, unidade de oportunidade para todos que habitam este País continente.

O Poder Legislativo do Paraná, vê na figura de V. Exa. o homem que deverá implantar a 2.ª fase da Revolução neste Estado, consolidando-a, dando ao Brasil uma dimensão que ele realmente merece no concerto das Nações do Ocidente, nesta parcela da República Federativa.

Senhor Presidente, senhores Deputados. Se a emoção me traisse, certamente não me conteria nestas considerações. Todavia, sinto que a honra não é de sentimentos, embora eles existam, a hora é de "volta ao futuro", em que todas as energias devem ser canalizadas para o desenvolvimento e este com vistas à promoção humana. As potencialidades são enormes, confiamos que V. Exa., sabará capitalizar as energias latentes em prol dessa nova ordem que está a gerar uma nova civilização. É certo, entendemos as limitações que restringem um governante de uma das unidades federativas, todavia, cremos que se uma delas for bem, as demais terão disso proveito.

Deputado Haroldo Leon Peres, o nosso pensamento volta-se em primeiro plano ao Supremo Chefe da Nação, que ora gere os destinos da Pátria. O Poder Legislativo; Estadual mosta a S. Exa., a gratidão por ter escolhido um representante que com tanto brilho haurou os parlamentos estadual e federal. Volta-se, igualmente, para V. Exa., como representante do povo, para dizer que acredita em sua futura administração, por conhecer de perto os problemas econômicos, políticos e sociais de nossa gente.

Finalmente voltamos o nosso pensamento para Deus, para que inspire V. Exa. na elaboração de seu plano de governo, para que o ilumine na escolha de seus auxiliares, para que lhe dê forças a fim de contribuir para o engrandecimento da Nação, o bem estar de quantos aqui labutam e trabalham pela grandeza de nossa Pátria.

Deputado Haroldo Leon Peres, a Assembléia Legislativa, sumamente honrada por ser indicado um daqueles que desta tribuna defendeu uma nova civilização, propugnou por uma nova ordem, propugnou novos métodos e novos costumes na administração, pregou a liberdade dentro do respeito, concentrou sua luta em prol do progresso e do desenvolvimento da totalidade, esta Assembléia o recebe jubilosamente, fazendo votos de que construa, com a ajuda de sua equipe, um Paraná ainda melhor, com vistas a um Brasil Grande, livre de todas as ideologias estranhas à tradição e contrária aos sentimentos da maioria esmagadora de quantos aqui lutam por um mundo melhor. Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Silvio de Barros.

O SR. SILVIO BARROS — Excelentíssimo sr. deputado Francisco Escorsin, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná; excelentíssimo sr. deputado Gabriel Manoel, digníssimo 1.º Secretário de nossa Casa; excelentíssimo sr. deputado Haroldo Bianchi, digno 2.º Secretário da Assembléia Legislativa; excelentíssimo sr. deputado Haroldo Leon Peres, excelentíssima sra. d. Helena Leon Peres; excelentíssimos srs. Deputados Federais e Estaduais; ilustres visitantes, Senhoras Senhoras:

Ao cumprimentar o futuro condutor dos destinos do Paraná, pretendo transmitir a saudação do Movimento Democrático Brasileiro, pela sua representação nesta Casa, sempre fiel aos ditames da lei, admite neste preciso

instante uma trégua traduzida através de minhas palavras seu respeito pelo novo Governador.

Ao desincumbir-me da tarefa que me foi confiada pelo Ilustre Líder deputado Olívio Gabardo, permito-me abrir um parêntese divorciando-me por breves minutos da condição de homem público, para cumprimentar o advogado Haroldo Leon Peres, ao lado do qual caminhei por muitos e longos anos, e contra quem lutei em memoráveis campanhas cívicas.

Honrado cidadão, receba meu abraço e minha manifestação de surpresa pelo fato de estar vivendo este episódio de expressiva grandeza na História do Paraná.

Espero que o vigor de nossa mocidade que há duas décadas passadas revelou nosso espírito pioneiro, esteja ainda aceso em cada um de nós, para que possamos com renovado entusiasmo encetar novas campanhas.

Deseja, entretanto, que o entusiasmo, que o vigor e que o aguerrido espírito dos pioneiros seja hoje mais evidenciado e mais presente em meu honrado cidadão, porque o destino lhe reservou árdua e difícil missão que, notadamente, haverá de consumir grande parte de suas energias na tarefa de bem conduzir esta preciosa unidade federativa, à merecida posição de vanguarda. Estes são os meus votos sem reservas.

Fechado o parêntese que por liberalidade me concederam os nobres Deputados do meu partido, pretendo reencetar meu despretencioso pronunciamento, reafirmando seu caráter de respeitosa saudação proclamada em minhas palavras iniciais.

Todavia, conhecendo de perto Vossa Excelência e conhecendo o espírito e a inteligência dos integrantes do MDB, deverei nesta rara oportunidade transmitir em termos o verdadeiro sentido das nossas emoções.

Cumprir esta exigência lógica na certeza de que se não o fizesse estaria decepcionando o Ilustre homenageado, bem como estaria decepcionando os nossos correligionários.

Dentro desta linha de pensamento procuro que ao saudar Vossa Excelência, o MDB pretenda cumprimentar o novo Governador pela brilhante fôlha de serviços prestados ao Paraná ontem como emérito e vigilante parlamentar dos mais vibrantes eleitos pela União Democrática Nacional, hoje pelos serviços prestados à Nação como um dos mais convictos e intransigentes representantes eleitos pela Aliança Renovadora Nacional.

Fiel à mesma linha de pensamento, procuro que não pretendo o MDB estender sua saudação ao mecanismo governamental que guindou Vossa Excelência ao Poder.

Mantendo insosfismável coerência, o MDB procede com dignidade a saudação ao futuro Governador, que corajosamente publica sua independência em relação ao quadro das lideranças paranaenses e reafirma com altivez seu compromisso com a alta cúpula do governo central mostrando instável determinismo no cumprimento da missão que lhe foi confiada.

Procurando manter indiscutível coerência o MDB não procederá pela sua manifestação considerações que venham a comprometer seu veemente protesto pelo injusto processo adotado pela Revolução para a escolha dos futuros governadores, que nem mesmo atendem as normas impositivas votadas pela Aliança Renovadora Nacional e recebida com restrições pelo Movimento Democrático Brasileiro.

Ressaltadas as posições partidárias sem ferir normas protocolares, sinto-me autorizado a prosseguir, agora descontraído, anunciando ao excelentíssimo senhor Haroldo Leon Peres que nossa representação parlamentar respeitosa e discreta, consciente dos problemas que afligem o povo paranaense, conscientes dos obstáculos que se antepõem ao desenvolvimento do nosso Estado, comprova sua consideração e, com a devida vênia, sugere a Vossa Excelência, especial carinho no trato de alguns itens que por certo farão parte integrante do vosso programa de governo, que tanto nós como todos os paranaenses esperamos conhecer dentro do período de poucos meses que o separam do exercício efetivo do Poder.

Nossas sugestões se relacionam com o problema educacional, ao alto custo das obras infra-estruturais, ao alto custo dos serviços levados a efeito através organizações paraestatais, a produção agrícola e ao pólo industrial do Estado do Paraná.

Em primeiro plano entendemos que convencionalismo que empenra o processo educacional deve ser triturado, especificamente no que concerne ao ensino médio, que desejamos seja conclusivo.

No que concerne à educação orientada para o trabalho reivindicamos o MDB a preciosa atenção e o prestígio da V. Exa., no sentido de agastar as omissões da legislação previdenciária que impede os estudantes na faixa dos 14 aos 18 anos de trabalharem, conquistando além do suporte financeiro imprescindível aos menos favorecidos, conquistando condições ideais familiarizando com o exercício de uma profissão tornando-se desde logo em valiosa mão de obra que substituirá em futuro imediato seus próprios pais com propriedade e técnica condizente e ajustada.

Como exemplo incontestável, cumpre citar a inestimável contribuição patriótica da Sociedade de Socorro aos Necessitados que, pelo desdortino de sua direção e sob a presidência do nobre Juiz de Menores, dr. Manoel Vicente de Oliveira Melo, conseguiu a duras penas em convênio com o INPS a liberação daquelas combinações para a Sociedade, implantando magnífica assistência ao menor que hoje beneficia cerca de trezentos estudantes secundaristas.

A sociedade oferece condições para os jovens estudarem e trabalharem, encarrega-se de procurar e conseguir os empregos, atendendo-os pacientemente, com carinho e energia as inclinações vocacionais dos alunos, respondendo pelos salários mediante a apresentação do boletim de frequência escolar. Neste exemplo, se configura a verdadeira revolução das idéias que, postas em prática, produzem o melhor dos resultados com o apoio no binômio educação e trabalho, única alavanca que romperá o ciclo do subdesenvolvimento da Pátria Brasileira.

Ao reformarmos sobre o alto custo das obras infra-estruturalistas e ao alto custo da prestação de serviços pelas sociedades de economia mista, pretendemos lavar nosso protesto porque é inadmissível que as empresas dessa natureza contabilizem em seus balanços lucros miraculosos, constituindo-se, assim, em inqualificável sobregrava pesando sobremaneira nos ombros de nosso povo.

Pretendemos que V. Exa. em linhas paralelas a metas governamentais venha a defender e praticar no próximo quadriênio a humanização da administração pública, hoje também amplamente divulgada, porém, jamais concretizada.

Acreditamos que um dos maiores empecilhos para a pretendida humanização administrativa, reside nas permanentes modificações de conceitos que, na década de 60 a 70 percorreram longa trajetória, de extremos a extremos. Pretendemos no passado que as obras públicas fossem construídas

em favor do povo, admitindo-se como válidos os déficits orçamentários. Logo depois, passou-se a admitir que as obras públicas fossem financiadas ao nível de custo real. Finalmente, hoje, o Governo admite que as obras públicas sejam projetadas e construídas utilizando a administração pública, lucros exorbitantes contabilizados em favor das sociedades de economia mista que, em última análise, são organizações estatais e os lucros fluem para os coíres públicos, e parte deles são distribuídos prodigamente entre os diretores das referidas empresas, que proliferam em ritmo acelerado, contrastando com o progresso que se arrasta cambaleante sustentado apenas pelo alto custo da máquina de divulgação do faraônico governo.

Reivindicamos medida enérgica, irrendo-se a desabalada concorrência das direções destas sociedades mistas componentes diretas da administração que promovem lucros corrida, buscando aumentar lucros e superavit que resultam, na mesma intensidade em verdadeiro massacre que sufoca nossa economia, sucoando principalmente a classe produtora, classe empresarial, os assalariados, provocando o desajuste indicado pelas milhares de ações de despejos, pelos milhares de processos de ordem fallimentar que a cada ano crescem assustadoramente em nosso Estado. Para situar sem margens de dúvidas nossas afirmativas, ofereço como exemplo o plano de habitação, implementado pelo governo que ontem pretendeu solucionar o problema da casa própria para o trabalhador brasileiro e, hoje, pela exorbitância e pelo absurdo dos lucros auferidos transformou-se em Banco Nacional de Habitação de tal forma tão grandiosos os seus recursos que a direção do Banco resolveu inverter o dinheiro do próprio povo em outros setores de atividade, entre eles, pretende através de convênios com os Estados amenizar o problema do saneamento básico. Com certeza o BNH ao investir nesta meta apresentará nos balanços dos exercícios futuros, lucros ainda maiores.

Partindo-se deste exemplo e deste princípio é fácil concluir-se que as organizações similares implementadas no Estado do Paraná apresentam o mesmo resultado, guardadas as devidas proporções.

Entendo que cumprimos nosso dever propondo no futuro governo melhor policiamento nos custos das obras públicas e melhor policiamento nos custos operacionais destas empresas e que redundará, se levado a efeito na pretendida humanização governamental, que se constitui um dos maiores engodos, aceito somente pelos menos avisados.

Os resultados obtidos pelas empresas referidas na realidade são destinados a suprir os déficits orçamentários, quase normalizam o comportamento da receita, mas indiscutivelmente destinam-se a cobertura dos gastos desta fastuosa estrutura administrativa que sem favor revive os esplendores dos áureos tempos da monarquia.

Pretendemos ainda reivindicar que vosso programa de governo venha enfocar detidamente o problema da agricultura e a principalmente o grave problema de nossa cafeicultura desassistida. Reivindicamos a implantação do Pólo Industrial indispensável para estimular o produto bruto de nosso Estado, que atenda as vocações empresariais e na razão direta ampliará o número de empregos, atendendo às populações flutuantes que se constituem mão de obra cega e vivem em condições sub-humanas, principalmente nas entre-fronteiras, esperando sempre as soluções governamentais.

Excelentíssimo senhor Haroldo Leon Peres: procuramos exprimir o ponto de vista das áreas populares, da expressiva área de oposição, que temos a honra de representar e o fazemos conscientes de que Vossa Excelência desobrigado da campanha eleitoral, de vez que é tecnicamente o Governador do Estado, atenderá para as nossas observações, para os poucos exemplos enunciados, com a seriedade que caracteriza a vossa formação e com a probidade marcante do vosso caráter.

Falamos com o conhecimento de causa, que nos confere a autoridade da transmitir a frustração e o desalento do nosso povo que vive, acima de tudo, infeliz e intranquilo, sentindo-se espoliado.

Antes de concluir nossas considerações, devo referir-me a esperança de nossa família política que da mesma forma anseia pela revitalização do Poder Legislativo, pretendendo nela corrigido o quadro atual quando ocorre uma verdadeira e direta intervenção do Executivo no processo Legislativo.

Enquanto a autoridade do Poder Legislativo é mantida nos países democráticos, sufoca-se em nossa Pátria e em nosso Estado a representação popular, ocorrendo o condenável e gradual crescimento do Executivo, contrariando, assim, a tradição de nosso País.

Ao deixar a tribuna, devo reconhecer em Vossa Excelência um forte homem público que ao ser escolhido para governar o Paraná, colocou em termos impositivos vossas manifestações, não defendeu sua causa, porém, defendeu bravamente as normas e dispositivos expressos na Carta Magna.

Reconhecendo em Vossa Excelência um poderoso representante da causa revolucionária, sinto-me encorajado a dizer de público, que este governo que toma frequentemente como exemplo as soluções norte-americanas, objetivando colimar suas metas, venha através de Vossa Excelência como seu representante direto no Estado do Paraná, adotar também o exemplo dos Estados Unidos, onde ao lado de um Poder Executivo forte, existe um Poder Legislativo forte.

Com estas palavras finais, certo estou de que Vossa Excelência reacende as esperanças e reabrirá um diálogo franco com a classe política.

Certo estou também de que dentro destas primeiras somadas às vossas insosfismáveis qualidades pessoais, somada ainda ao vosso conhecimento, das peculiaridades e dos problemas paranaenses, encerro em nome do Movimento Democrático Brasileiro, meu pronunciamento, renovando nossas saudações, renovando nossas esperanças na certeza de que Vossa Excelência através do trabalho, da fé, e da confiança, haverá de conduzir o Estado do Paraná para a sua gloriosa destinação.

Muito obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE - Este Presidência, com muita honra e satisfação, concede a palavra a S. Exa. o sr. deputado federal Haroldo Leon Peres.

O SR. HAROLD LEON PERES - Exmo. sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado; nobres Deputados que compõem a Mesa Executiva desta Casa; prezados colegas de representação popular nesta Assembleia; srs. Deputados Federais; demais autoridades civis, militares e eclesiásticas; minhas senhoras; meus senhores.

A minha presença nesta tribuna hoje, é no mesmo tempo, um reencontro com o passado e uma antevista do futuro.

De um passado que começou bem antes de existir o prédio que hoje funciona esta Assembleia; de um passado político que se iniciou quando Líder de meu Partido de então, a União Democrática Nacional, fazia eu oposição ao Governo do Estado, naquela oportunidade; de um passado que transcorreu

quando, nesta Casa, fui levado à liderança do Governo Ney Braga; de um passado que se prolongou quando, no Brasil, tudo era incerteza e intranquilidade, quando a covardia de alguns, a omissão de outros e ao interesse vário se opunha o interesse nacional, nunca, nesta Casa, faltou a minha palavra.

E com essa mesma disposição, com a disposição do homem que começou lutando na oposição e que chegou ao Governo apenas quando achou que valia a pena ser do governo, com a disposição de quem nunca teve o poder, porque sabia que tinha a apóideia à consciência da enorme massa de paraense que lutavam por um Estado, por uma Pátria melhor.

Volto, hoje, a esta tribuna, na condição de candidato ao Governo do meu Estado.

Em discurso recente que pronunciei na Câmara Federal, quando repetia a um eminente líder da oposição que criticava a tão comentada Constituição atual, mas também tão pouco lida e tão pouco interpretada, que não descobriam ainda os seus opositores que o que se busca não é tirar ao Legislativo o seu poder, mas conferir ao Legislativo a grandeza que no passado lhe faltou. Aqueles que não entendem que, se a oposição cria restrições, abre, no entanto, enormes virtualidades e potencialidades na busca da democracia que, no passado, foi apenas um engodo, uma palavra bonita, um apelo eleitoral, ou um discurso inflamado nas tribunas e nos comícios, em praça pública, esquecidos que democracia não pode existir num país que não ofereça a todos os seus filhos a igualdade de oportunidade; esquecidos que democracia não é apenas uma formulação política, mas é sobretudo uma formulação econômica e social; esquecidos de que, no sub-desenvolvimento pode haver armem de democracia, nunca a verdadeira democracia.

Pois bem, aqui venho hoje como candidato ao Governo do Estado para defender também, e porque não, a Revolução brasileira democrática de 1964 que não se completou ainda e que talvez demore, algum tempo, a se completar mas que busca e persegue, mas que tem como objetivo final a implantação da verdadeira democracia com que, até então, têm apenas sonhado os brasileiros.

O professor Paulino Jacques quando buscava situar a grande problemática da relação do indivíduo com o Estado, definia Direito Constitucional como regra do Direito Público que estuda os princípios e as normas regulamentadoras do Estado, garantidor das liberdades e direitos individuais. Há na reformulação dos termos a ressaltar. De um lado o Poder do Estado e de outro a liberdade do indivíduo na justa medida; estes dois termos da equação, na justa colocação do problema, do Estado diante do indivíduo e do indivíduo diante de suas responsabilidades como cidadão do Estado é que há de se buscar a exata remodelação de uma verdadeira democracia. Quem se detiver a analisar os fenômenos das crises institucionais do Brasil há de verificar que já tivemos Constituições das mais liberais que ensinaram movimentos sociais e populares, muitas vezes justos, mas que a própria estrutura política e econômica do País não suportavam e como reação vinha sempre uma Constituição talvez por demais autocrática, sem que pudessemos ter encontrado ainda aquele ponto de equilíbrio ideal que dá ao Estado moderno o poder que precisa, para promover o desenvolvimento e a justiça social sem, entretanto, retirar do indivíduo a característica de dignidade que ele deve ter por ter sido criado à semelhança de Deus. Neste movimento penular, ora exacerbando o poder do Estado, ora permitindo demasiada liberdade ao indivíduo talvez se encontrem as razões das crises em nossas instituições políticas.

A Revolução democrática de 64 busca corrigir as distorções. Estamos à procura de um caminho. Ninguém definiu ou encontrou ainda a fórmula ideal, mas o que se afirma é que apenas com esforço de todos, não apenas do Governo, não apenas das autoridades mas de todos os cidadãos, imbuídos da sua responsabilidade, para a consecução dos nossos objetivos nacionais, é que poderemos encontrar a exata formulação que traga uma democracia que se traduza não apenas em palavras bonitas, mas em desenvolvimento em justiça, em igualdade de oportunidades. Dizendo isto, terei dito o meu credo político, aquilo em que acredito há muito tempo e que sempre defendi, até quando a Revolução era, apenas, uma esperança no coração dos brasileiros que não se conformavam com a intranquilidade que se queria trazer à Pátria, até quando diziam que aqueles que se aventuraram a desafiar o Poder dominante, de então, seriam esmagados.

Nesta Casa, fora dela, percorrendo todo o Paraná, em quase todos os seus municípios, eu defendia os mesmos princípios que hoje, na posição de um dos Vice-Líderes do Governo Federal na Câmara, defendo e os levarei, principalmente, ao Governo do Paraná, quando lá chegar. Aqui, no Paraná, serei sempre o homem que acredita na Revolução nos termos em que eu a coloquei nesta tribuna, e tudo fará para que ela possa se tornar uma verdadeira realidade nos rincões paranaenses, mas, devo, também, principalmente para aqueles que não me conhecem, dizer de público o que penso, no que acredito e no que não acredito, porque dentro deste meu credo é que será estruturada a minha obra de Governo; em primeiro lugar, eu quero dizer que creio em Deus mas não creio que haja somente um caminho para chegar a Ele, muitos são os caminhos que podem levar a Deus; em segundo lugar, porque creio em Deus, creio nos homens, acredito que todo homem tem o seu lado positivo e, chegando ao Governo, peço a Deus que me inspire para que possa encontrar no coração e na alma de cada paranaense, o que ele tenha de positivo para me dar, nesta missão que, sei, árdua e difícil. Creio que todos os homens são úteis, mas não creio que haja homens indispensáveis, até mesmo porque, quando um homem se julga indispensável é porque começou a deixar de ser útil.

Creio na política.

Perguntaram-me, em Brasília, que títulos eu teria para ser escolhido pelo Presidente da República, candidato ao Governo do Estado. Eu disse: — Não sei! O único título que ostento — e com muito orgulho — é o de político militante, há mais de 15 anos. Se foi este o título, eu não sei, mas, é este o título que quero transportar comigo, enquanto forças tiver para permanecer na vida política. Mas, se creio na política, abomino a politicagem.

A política é um instrumento para o bem comum; a politicagem é a negação dos objetivos que a política deve atingir.

Creio nos partidos também, e como não? Os partidos são os instrumentos políticos de que a democracia lança mão para se fazer afirmar, mas, não creio no "caciquismo", porque se o partido é um instrumento democrático o "caciquismo" é a contração da democracia dentro dos partidos. Creio que a melhor política é, sobretudo, uma boa administração, principalmente no tempo em que vivemos, em que cada vez são mais numerosas as reivindicações em que cada vez as massas exigem mais dos governos para serem atingidos os seus ideais de progresso e civilização, em que cada vez mais os meios de comunicação transmitem, desde o mais humilde ao mais poderoso este anseio que é próprio de cada um, de progresso, de bem estar, de um nível de vida digno e compatível.

Creio, portanto, que só há realmente uma política perene e duradoura — é a boa administração exercida pelo Governo do Estado. Creio também, e muito, na estima pública. O homem público deve ser um permanente preocupado com sua imagem, com o respeito não a sua pessoa, mas que a pessoa investida da autoridade deva ter perante o povo. Mas não cortejo a popularidade, e não a cortejo, porque acho que a popularidade de qualquer pessoa é, afinal de contas, é a negação do respeito e da estima pública. Creio que para fazer um bom governo é essencial um planejamento cuidadoso, um levantamento minucioso da realidade financeira, econômica, social e política do nosso Estado. E por isso não venho hoje aqui anunciar os planos do meu Governo. Gostaria de ter à mão, à disposição, os dados que o nobre Deputado Líder do M.D.B. naturalmente teve para formular desta tribuna uma obra tão completa de governo, como o fez. Infelizmente, ainda não tive tempo para isto, mas vou tê-lo. São 11 meses até a minha posse. Vamos levantar cuidadosamente a realidade do Estado. Vamos ver com que recursos financeiros contaremos, vamos ver quais são os encargos assumidos, vamos eleger uma escala de prioridade das obras públicas, vamos impor à administração um planejamento racional e atual e a execução; uma execução rigorosa dentro do planejamento que tiver sido levantado. Além disso, sobretudo, creio no Paraná, e dizendo que creio no Paraná, creio no Brasil. Conheço o Paraná, conheço as suas potencialidades, e as suas deficiências; sei dos problemas que afligem a sua gente, mas sei, sobretudo do enorme poder de recuperação que este Estado tem da pujança da sua economia, que resiste às intempéries, que resiste às geadas, que resiste aos maus governos, — quando no passado maus governos o Paraná teve. — O Paraná já progrediu muito, muitas estradas, muita energia elétrica, muitas escolas novas. Isto não foi fruto de um homem apenas, nem de dois, nem de três. Isto foi fruto de um trabalho de equipe, cada um dos governadores. — Ney Braga, Paulo Pimentel puderam dar a sua contribuição expressiva ao progresso e ao desenvolvimento do Estado, mas, sobretudo, é preciso lembrar que isto terei presente em todos os momentos do meu pensamento, quando chegar ao Governo que trabalho de Governo é sobretudo trabalho de equipe.

E para finalizar, devo dizer, porque não, que creio em mim, creio que posso ter, que Deus há de me inspirar as condições para motivar o nosso povo, para se aliar ao Governo nesta magnífica obra de prosseguimento do progresso e da revolução paranaense; creio que tenho condições conhecendo como conheço os problemas do Paraná, de compor uma boa equipe que conosco dividem esta imensa responsabilidade de dotar o Paraná, e cada vez, de um governo melhor, mais progressista e mais desenvolvimentista e, se assim eu não acreditasse, jamais teria aceito a missão penosa, árdua, difícil, mas, sobretudo, honrosa, que o Presidente Emílio Garrastazu Médici me conferiu, e como já verificaram no correr desta exposição, creio acima de tudo na Revolução brasileira, como creio no seu Chefe atual, o Presidente Emílio Garrastazu Médici, o terceiro Governo da Revolução. Muita incompreensão, muita dificuldade, sempre encontra, quando se deseja romper a rotina, ou que se deseja inovar métodos de trabalho, ou acionar a máquina administrativa, porque levantam-se aqueles que a pretexto de falarem pela humanização dos serviços públicos defendiam, talvez inconscientemente, a estagnação do progresso administrativo.

Foi preciso cortar fundo, em todos os setores da administração pública. Foi preciso uma economia severa, que talvez tenha prejudicado a alguns, mas que culminou por revelar-se satisfatória, no conjunto, à Nação. Foi preciso cortar fundo na estrutura política. Foi preciso inovar os métodos financeiros. Foi preciso criar uma racionalização do serviço público, e atualização dos preços e foi preciso — porque não confessá-lo, foi preciso impor à grande massa obreira desse país o sacrifício do seu salário mínimo, que ainda não corresponde ao que todos desejariam, e que ainda não corresponde ao que desejaria o chefe de família.

No passado os métodos que se usavam não era suficientes para levar ao desenvolvimento e à paz social. Foi preciso a inovação de métodos. O salário mínimo era aumentado de mês em mês, quase que de semana em semana, mas a verdadeira realidade, não a realidade dos palanques e dos comícios, não a realidade dos tribunais, não a realidade que se pregava nas praças públicas, nas campanhas eleitorais, não a realidade dos que fomentavam as greves nas portas das fábricas, mas a triste realidade dos chefes de família que viam a cada momento seus salários aumentados, com o qual não seria capaz de prover a manutenção e a subsistência à sua família.

Foi preciso criar coragem e determinação, e encerrar com muita firmeza o problema da atualização dos serviços públicos. A empresa pública, se dizia, no Brasil, é sempre falida, e aí se defendia — talvez com exagero — os privilégios daqueles que pensavam corretamente que a empresa privada é que propicia o desenvolvimento, não querendo perceber, entretanto, que, pelo menos, naquelas áreas, cabia ao Poder Público seguir o caminho para o desenvolvimento de certos setores da economia nacional.

É evidente que tantas medidas, que tanta energia, que cortando tão fundo, a revolução provocasse reação. E a realidade é que, desde 1964, passando pelo Governo Castelo Branco, depois o Governo do Presidente Costa e Silva, e agora, no Governo do Presidente Médici, os números estão aí, sem contestação, e sem poderem ser desmentidos. A energia elétrica se duplicou. O número de quilômetros asfaltados neste país mais do que se pensou, poderia ser possível fazê-lo em 10 ou 20 anos, tornou-se uma realidade nestes governos. A energia hidrelétrica, o Banco Nacional de Habitação e neste ponto desejo concordar, em parte, com o que o sr. deputado Sílvio Barros disse, — que não se encontrou ainda a fórmula ideal para a venda da casa própria, — mas a realidade é que o velho sonho aí está, e a programação pode atingir, ao final de sua etapa, cerca de 16 milhões de residências.

Estes resultados se conseguem, não com palavras, não com discursos, mas com coragem, com energia, com vontade férrea, de trabalhar, mesmo sabendo que a compreensão demora a chegar. Nas areias de Copacabana, em frente ao Forte, há uma pequena estátua de um grande revolucionário: Siqueira Campos. Morreu jovem, porque desde jovem lutava pelas suas ideias pela ideia de uma Pátria melhor. E lá está escrito, para a perpetuação na memória de todos: — "A Pátria tudo se deve dar, e nada pedir, nem mesmo compreensão". Era sua frase lapidária. Assim fazendo, assim lutando neste ponto, digo eu, não concordo com Siqueira Campos. Essa é a única maneira de encontrarmos, realmente, a compreensão deste grande povo, desta grande Nação, da grande Pátria brasileira.

São estes os propósitos que me trazem como candidato do meu Partido, Aliança Renovadora Nacional, ao Governo do Estado do Paraná. Sei perfeitamente que a obra de um governo não pode ser a obra de um homem só, e aqui estou, ainda como candidato, a convocar todos os paranaenses. Não desejo saber a que alas pertencem. Não desejo saber se são governo ou oposição, porque, no meu entendimento, a oposição tem tanta responsabilidade

de governo, como o próprio Governo. O que desejo, sim, é saber de cada um o que pode dar ao Governo do Paraná, para constituir a grandeza de nosso Estado.

O que desejo, sim, é saber que, quando, estiver errado, haverá vozes para dizer ao Governador que ele errou e, se Deus quiser, haverá no Palácio Itaipu um Governador que se atreva reconhecer seus erros e seguir o caminho acertado.

A Assembleia Legislativa na qual convivi durante 8 anos, onde comecei a aprender as primeiras lições da vida pública, desejo dizer que espero não furtar, nem fraudar a confiança que recebi, nem a do Presidente Medici, nem a de Revolução, e também nem desta Assembleia e do povo do Paraná.

Não cheguei ao Governo do Estado como uma imposição revolucionária. O processo pode não ser do agrado de todos, mas a verdade é que antes de escolhido candidato ao Governo do Estado, eu conquistei, pelo voto popular, em três campanhas sucessivas, e em nenhuma delas contando com o apoio de qualquer Governo, apenas com o apoio daqueles que acreditavam na modesta mensagem que eu levava aos municípios do interior, por três vezes conquistei, duas vezes o mandato de Deputado Estadual e uma de Deputado Federal.

Tenho observado na vida pública homens que a começam com uma votação magnífica, que com o correr dos anos vão minando seus votos. Comigo tem acontecido o contrário. Candidato a Deputado Estadual, a primeira vez fiz 5.800 votos; candidatei-me à reeleição -- e muitos diziam que eu não voltaria a esta Casa -- fiz 9.700 votos; candidatei-me a Deputado Federal -- e alguns diziam que eu não atingiria esse posto -- fiz 42.500 votos. Se não represento a unanimidade do povo paranaense -- e estou bem consciente disso -- devo dizer também com toda sinceridade que não creio na unanimidade, mas creio na maioria, isto sim. A maioria é democrática, a unanimidade só se consegue por imposição ditatorial. E se não tenho, e não sei se tenho ou não ainda a maioria do povo paranaense, eu que terei chegado ao Governo, pelo atual processo de escolha, não pelas mãos do povo, espero, cumprindo com minha obrigação e meu dever para com o povo do Paraná, sair do Palácio carregado nos braços do povo.

(Palmas). -- (Com 2 revisões do orador).

O SR. PRESIDENTE -- Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, designando outra para amanhã, às 10,00 horas. Levanta-se a Sessão.

4.ª Sessão Legislativa de 6.ª Legislatura Ata de 37.ª Sessão Ordinária Realizada em 8 de maio de 1970 (Sexta-Feira)

Presidência do Senhor deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. Haroldo Bianchi e Ovidio Franzoni.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Francisco Escorsin -- Arthur de Souza -- David Federmann -- Gabriel Manoel -- Haroldo Bianchi -- Ovídio Belch -- Leopoldo Jacomet -- Agnaldo Pereira Lima -- Afenar Furtado -- Arnaldo Puppi -- Antônio Lopes Jr. -- Armando Queiroz -- Ayrton Miguel -- Arnaldo Busato -- Emílio Carrazzi -- Erondy Silvério -- Eurico Rosas -- Fabiano Braga Cortes -- Fúad Nacell -- Igo Losso -- Ivo Tomazoni -- Jorge Sato -- Luiz Cruz -- Luiz Maciell -- Nelson Euffara -- Cláudio Ferreira -- Ovídio Gabardo -- Ovidio Franzoni -- Paulo Camargo -- Pinto Dias -- Roberto Gelvani -- Roberto Wypych -- Seme Sciff -- Silvio Barros -- Tullio Vargas -- Wilson Fortes (36), achando-se ausentes os seguintes senhores deputados: João Mansur e Paulo Poli. (2).

Verificada a existência de número legal, o senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE -- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO -- procede a leitura da ata da sessão, anterior, que é aprovada sem observações.

C. SR. 1.º SECRETÁRIO -- procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob o n.º 32-70, do senhor Governador do Estado, no qual acusa e agradece o recebimento do requerimento do senhor deputado PAULO POLI. -- Ao conhecimento do senhor Deputado Interessado.

Sob o n.º 1-70, do senhor JOAO CLIMACO D'ALMEIDA, vice-governador e presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, comunicando haver sido eleito e empossado a nova Mesa daquele Poder. -- Ao conhecimento da Casa. -- Agradece-se.

Circular do senhor JOSE BELO FERREIRA, presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, comunicando haver sido eleito e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos daquele Legislativo. -- Ao conhecimento da Casa. -- Agradece-se.

Do senhor deputado EMILIO CARAZZAI, 4.º secretário da Câmara Federal, no qual acusa recebido e agradece requerimento do senhor deputado ROBERTO WYPYCH. -- Ao conhecimento do senhor Deputado Interessado.

Sob o n.º 498-70, do senhor OMAR SABBAG, prefeito municipal da Capital, no qual presta agradecimentos pela acolhida que receberam quando de sua visita a esta Assembleia. -- Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 566-70, do senhor PAULO VIEIRA DE CAMARGO, presidente da Câmara Municipal de Maringá, convidando a Presidência desta Casa para a recepção oficial ao futuro governador, dr. HAROLDO LEON PERES a realizar-se no dia 9 do corrente. -- Ao conhecimento do senhor Presidente.

Sob o n.º 188-70, do senhor JOSE GERALDO MACHADO, presidente da Câmara Municipal de Jacarézingo, comunicando que foi aprovado por aquela Câmara, requerimento de autoria do senhor vereador Arnaldo Forés Alcântara, consubstanciado em voto de l.º, vot. aos dignos representantes desta Casa, pelo voto de júbilo quando da ocasião do 70.º aniversário daquele município. -- Ao conhecimento da Casa. -- Agradece-se.

Sob o n.º 70, do senhor ARTHUR ZANINETTI, secretário da Câmara Municipal de Ibaté, comunicando haver sido eleito e empossada a nova Mesa que dirigirá os trabalhos legislativos daquela Comuna. -- Ao conhecimento da Casa. -- Agradece-se.

Do senhor ALCIDIO PANAYÁ, comunicando que foi eleito membro da Comissão Consultiva Bancária do Conselho Monetário Nacional. -- Ao conhecimento da Casa. -- Agradece-se.

CONVITES:

Do senhor Governador do Estado do Paraná, convidando a Presidência desta Casa para as solenidades de inauguração da "Unidade de Padronização de Cereais", a ter lugar na cidade de Maringá, no próximo dia 15 do corrente. -- Ao conhecimento do sr. Presidente.

Da União Paranaense dos Estudantes Secundários, por intermédio do sr. Diretor, convidando esta Presidência para a abertura do 1.º CAMUSEP (Primeiro Campeonato Municipal Secundarista de Futebol). -- Ao conhecimento do sr. Presidente.

Do senhor DR. HELI MARES DE SOUZA, presidente da Força Expedicionária Brasileira, convidando para as solenidades do Jubileu de Prata do Dia da Vitória da 2ª Guerra Mundial. -- Ao conhecimento da Casa. -- Agradece-se.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve no uso de suas prerrogativas regimentais requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos do dia de hoje, um voto de congratulações ao exmo. sr. governador do Estado, dr. Paulo Pimentel, pelo ato de oficialização do nome do professor dr. Júlio Aymannski, concedido por Decreto, ao Ginásio Estadual de Araucária, na oportunidade em que se comemorou o Centenário de nascimento daquele renomado cientista de saudosa memória.

Da decisão da Casa, que se dá conhecimento ao exmo. sr. prefeito municipal de Araucária, dr. Rizio Wachowicz, já que no próximo dia 10 do corrente, domingo, deverão ocorrer naquela cidade as cerimônias de apositação da placa alusiva ao reconhecimento, no saguão de entrada do Ginásio Estadual sob os auspícios do Governo do Estado do Paraná.

placa alusiva ao reconhecimento, no saguão de entrada do Ginásio Estadual.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1970.

(a) ROBERTO WYPYCH.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

Requeiro seja consignado em ata um voto de aplausos ao Governo do Estado que, através da Secretaria dos Transportes, concluiu as obras de construção da rodovia Ponta Grossa-Itaperaci. Tal rodovia, há muito reclamada pelo povo do Paraná, é considerada, com justa razão, como a ligação que melhor atende a classe produtora do Estado, permitindo que o Centro, o Oeste e Sul e o Sudoeste paranaense dela se sirvam para transportarem as suas riquezas. Será todo o Estado do Paraná e o Sul do Brasil que contarão com mais um meio de ligação com os demais Estados da Federação evitando assim os graves inconvenientes à economia da região sul-brasileira quando de uma eventual interrupção da BR-116, Rodovia Regis Bittencourt, que liga Curitiba-São Paulo.

Particularmente, a cidade de Ponta Grossa, a grande beneficiada com essa importante via de comunicação, continuará a ser considerada como o melhor centro rodoviário do Estado.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1970.

(a) EURICO ROSAS.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 64-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º -- Fica revogado o § 1.º, do artigo 5.º, da Lei n.º 4946 de 4 de novembro de 1964.

Art. 2.º -- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1970.

(a) EMILIO CARAZZAI.

JUSTIFICAÇÃO:

O dispositivo que se pretende seja revogado, tem a seguinte redação: "Nenhuma pensão poderá ser inferior a Cr\$ 10.000,00, nem superior a Cr\$ 178.000,00 mensal".

A medida quer nos parecer oportuna, pelo decurso do tempo, daí esperarmos o apoio e a aprovação desta Casa.

O SR. PRESIDENTE -- Fica finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao sr. deputado Arnaldo Busato, inscrito.

O SR. ARNALDO BUSATO -- Sr. Presidente, senhores Deputados,

Ocupo a palavra no Pequeno Expediente para ler um voto de registro que propomos aos governos nacional e paranaense, através do Ministério dos Transportes e da Secretaria de Transportes do Governo estadual, usando nos seguintes termos: (16)

REQUERIMENTO

Senhor Presidente:

O Deputado infra-assinado, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, requer seja consignado um voto de regozijo ao Governo Federal, ao Governo Estadual, ao Ministério dos Transportes e Secretaria dos Transportes do Estado do Paraná, por suas realizações no setor rodoviário Nacional e Estadual, considerando que no próximo dia 30, o Sudoeste do Paraná, irá receber a estrada Pato Branco-Três Pinheiros, ligando aquela vasta e rica região paranaense, por via asfaltada aos grandes centros nacionais.

Não fica, porém, ali, as realizações nesse setor, e é com satisfação que vimos trazer ao conhecimento desta Casa de Leis as gestões realizadas no sentido de ser estabelecida com urgência a continuidade da Rodovia Transbrasiliana no trecho União da Vitória a Santa Rita (Horizonte Município de Palmas), na divisa com o Estado de Santa Catarina, objetivando a conexão com Concórdia, neste último Estado e Erechim, no Estado do Rio Grande do Sul.

O trecho rodoviário de União da Vitória e Erechim foi classificado no Plano Diretor definido pelo Estudo procedido pelo GEIPOP — Grupo Executivo da Integração da Política dos Transportes, como da mais alta prioridade, em aprofundado trabalho que se constituiu em amplas pesquisas levadas a efeito pela firma consultora do GEIPOP, a KAMPASAX empresa dinamarquesa vencedora da concorrência internacional, com apoio nos órgãos Técnicos Brasileiros, resultando o "MASTER PLAN", no qual na parte referente aos três estados meridionais do Brasil, recomendou como de necessidade premente o trecho da BR-153, entre União da Vitória, General Carneiro — Santa Rita (no Município de Palmas) — Concórdia — Erechim.

Considerando, o Governo do Paraná, a importância transcendental do trecho em referência, na parte que lhe está afeta, na área sob sua jurisdição já anteriormente incluído esta porção como lance de seu programa de ação, como integrante da Rodovia do Sudoeste.

O Pito da ligação rodoviária de União da Vitória — Santa Rita, apresenta uma dupla finalidade já que o trecho em causa é parte comum de duas importantes rodovias nacionais:

1) — A TRANSBRASILIANA, codificado como BR-153, de Tucuruí — Anápolis — São José do Rio Preto — Lins — Jacarézinho — Ibatí — Irati — Pôrto União da Vitória — General Carneiro — Santa Rita — Concórdia — Erechim — Passo Fundo — Soledade — Cachoeira do Sul — Bagé — Açuá.

2) — A Rodovia, codificado como BR-280 — que deverá ligar São Francisco do Sul — Joinville — Mafra — Pôrto União da Vitória — General Carneiro — Santa Rita — Palmas — Clevelândia — Mariópolis — Rio Pato Branco — São Lourenço do Oeste e Barracão.

Depreende-se da citação dos pontos de passagem que o trecho em referência (União da Vitória — General Carneiro — Santa Rita) é básico e essencial, pois sua situação geográfica e morfológica, interessa duas desfacadas diretrizes nacionais.

Releva-se, ainda, o fato de que toda a economia agro-pastoril e industrial do Sudoeste Brasileiro em muito depende do trecho em questão.

Na realidade o maior contingente produtivo do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina, presentemente se dirige para São Paulo e Guaraná, através de percurso mais longo em cerca de mais de duzentos quilômetros, via Passo Fundo — Lagôa Vermelha e Vacaria, buscando pela BR-11 aqueles centros consumidores, quando pelo trajeto da BR-153, e da BR-476 de União da Vitória a Curitiba, será beneficiado, não só com o encurtamento, como pelas condições mais favoráveis de trafegabilidade.

Assim, também, terá expressiva vantagem o Sudoeste do Paraná, que se servindo da BR-280 aturará para Sta. Rita — União da Vitória, de onde pela BR-476 — encontrará a ligação em fase de pavimentação — de União da Vitória — São Mateus do Sul e asfaltada dessa localidade até os grandes centros comerciais e consumidores do Brasil.

O empenho do Governo Paulo Pimentel, na execução da ligação em referência, já está evidenciado pela qualificação atribuída a mesma, em face da importância que apresenta, inclusive pelos elevados índices de rentabilidade. Já está igualmente demonstrado pelo esforço que vem aplicando na consecução da Rodovia do Sudoeste, levada a efeito nos trechos Curitiba — Lapa — São Mateus do Sul, este último pavimentado no atual Governo.

Comprova-se o acerto da política de transportes do Estado do Paraná ao preconizar a efetivação do trecho Rodoviário que de União da Vitória, galga o terceiro plano do Estado.

Com a inclusão, no Programa Diretor do Geipop, da pavimentação do trecho São Mateus do Sul — União da Vitória e o trecho subsequente a uma divisa com o Estado de Santa Catarina, decisivas providências já foram promovidas, como:

1) — Convênio do Governo Brasileiro, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), com intervenção do Governo do Estado do Paraná, para pavimentação de São Mateus do Sul-União da Vitória, em execução com recursos de financiamento internacional, fiscalização do D.E.R. e supervisão do D.N.E.R.

2) — Com a providência de estudos de viabilidade já efetivados que comprovaram a rentabilidade e consequente conveniência do trecho União da Vitória — Sta. Rita (no Município de Palmas), como parte comum das BR-153 e BR-280, seguindo das providências de execução do projeto geral de Engenharia do trecho em causa, a fim de tão logo seja o mesmo concluído, venha a receber financiamento internacional a ser concedido por intermédio do Governo Federal e cujas diligências já estão tacitamente efetivadas.

Reconhecendo a importância incontestável, bem assim, ponderando que é imperativa a imediata realização do trecho — União da Vitória — General Carneiro — Sta. Rita — Concórdia — Erechim, em face sua notória prioridade é que vimos externar os mais calorosos aplausos ao Governo Federal, ao Governo do Estado do Paraná, ao Ministério dos Transportes e Secretaria dos Transportes de nosso Estado, solicitando que pelo Ministério dos Transportes e órgãos competentes, sejam abreviados os períodos de execução de tais estudos, constante do Projeto Geral de Engenharia, bem como do processo adjudicatório, para que seja antecipada o quanto antes possível a efetivação desta obra, em decorrência dos consideráveis benefícios que a mesma proporcionará, não só ao Sudoeste do Paraná, por traduzir uma das aspirações daquela laboriosa população, como, também do próprio Estado e de todo o Brasil.

Sala das Sessões em 8 de maio de 1970.

(A) NALDO BUSATO.

— Por esta razão, sr. Presidente, como representante do Sudoeste paranaense, proponho um voto de regozijo aos governos citados.

Era só.

O Sr. PRESIDENTE. — Tem a palavra, para o Pequeno Expediente, o sr. deputado Nelson Buffara, inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA. — Sr. Presidente, senhores Deputados.

Vive, hoje, todo o Litoral de nosso Estado um dia bastante festivo, significativo e de grande importância para aquela região. Neste instante, está sendo inaugurada a sub-estação transformadora de Uberaba, distante apenas três ou quatro quilômetros do centro da cidade, à saída de Paranaguá, na BR-277, nas mediações da estação de tratamento de águas.

Recebemos convite para comparecermos aquela solenidade, e não podendo comparecermos, estamos prestando uma homenagem ao Diretor da COPEL, ao sr. Governador do Estado, que, neste momento, estão emancipando totalmente o Litoral de energia elétrica tão importante para o seu desenvolvimento.

Paranaguá, cidade que temos a honra de representar nesta Casa, há anos vivia momentos de ansiedade, de inquietação, quando faltava energia para o seu desenvolvimento.

Sobem Vs. Exas. que o Litoral é alimentado de energia elétrica por motores Diesel e também por uma energia que lhe é fornecida pela Rede Ferroviária Federal, mas não é suficiente para aquela região desenvolver-se. E por esse acontecimento, está o Litoral de parabéns porque terá energia abundante, suficiente para que nos próximos 30 anos não pereça por falta dessa motivação para seu progresso.

E assim sendo o senhor Presidente, solicitamos a V. Exa. que seja incluído nos Anais desta Casa, o artigo publicado ontem, na "Gazeta do Povo", sobre esse tão auspicioso acontecimento. O nosso requerimento está vasado nos seguintes termos: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, a inserção nos Anais da Casa dos termos da nota jornalística anexa, publicada ontem, pelo jornal "Gazeta do Povo", a qual, nos dá conta da inauguração a ser feita oficialmente em data de hoje, da Substação Transformadora de Uberaba.

Esta obra trará enorme contribuição, ao desenvolvimento do nosso Estado, e principalmente, à região que tenho a honra de representar nesta Casa: o Litoral paranaense.

Requer, ainda, que a aprovação deste requerimento, se dê conhecimento aos exmos. srs. Governador do Estado e Presidente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, transmitindo-se-lhe, na oportunidade, os aplausos deste Poder, pelo auspicioso evento.

Sala das Sessões em 8 de maio de 1970.

(A) NELSON BUFFARA.

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa tem a satisfação de noticiar a presença do exmo. sr. Prefeito de Salto do Itararé e do seu digno Vice-Prefeito.

Aos ilustres visitantes, as boas vindas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao sr. deputado Túlio Vargas, inscrito.

O SR. TÚLIO VARGAS — (Lendo): — "Uma estrada não é apenas volume de terra escavada rampas em perfil ou cabeceiras de ponte. Estrada é obra de integração. O governo Paulo Pimentel, senhores Deputados, inaugura mais uma rodovia no próximo sábado. Falar em inaugurações em obras de vulto da atual administração, principalmente no setor rodoviário, já é uma rotina. Graças a Deus, uma rotina! Graças a Deus, para milhões de paranaenses, agricultores, operários, fazendeiros, gente que confia em desenvolvimento, tem esperança no futuro, e encontra no atual Governador o chefe de uma equipe que trabalha, visando não apenas o presente, mas o amanhã venturoso deste jovem Estado.

Senhores Deputados. Quando o governador Paulo Pimentel inaugurou sábado a Rodovia Ponta Grossa-Itararé, com 168 quilômetros de asfalto, estará inaugurando uma obra de rotina. Rotina sim, senhores! Para outros governos talvez não fosse assim. Fosse um acontecimento extraordinário. Mas para uma administração que mais que duplicou o número de rodovias existentes no Estado em apenas quatro anos — em apenas quatro anos, pasmem! — uma obra de vulto, da importância desta Ponta Grossa-Itararé, é mera rotina. É trabalho entregue. Sem delongas, sem demagogia, sem mais nada.

É uma rodovia importantíssima. Já no Século XVIII — era o principal caminho de portugueses, bandeirantes, tropeiros que mais ou menos pelo atual trajeto, iam levar a civilização adiante até o Continente de São Pedro do Rio Grande, até os campos nativos do Paraná e Santa Catarina. Agora, é caminho de volta. Será pela Ponta Grossa-Itararé que o Brasil todo vai conhecer o valor da produção do grande celeiro constituído por Oeste e Sudoeste paranaense. Porque a Ponta Grossa - Itararé será o grande esquadro deste celeiro, para a grande São Paulo, o maior aglomerado urbano do país para o Rio de Janeiro, para o Norte do Brasil.

E o caminho mais curto, mais rápido, construído de acordo com as mais modernas técnicas rodoviárias. Pelo antigo caminho das tropas, vamos mandar produção, vamos mandar alimentos para este Brasil vastíssimo.

Já agora, com a interdição temporária da BR-116, no trecho Curitiba-São Paulo, com as manobras sórdidas e insolentes de focos de terror, ameaças da inauguração é a Ponta Grossa-Itararé a alternativa mais favorável para este Estado não parar, pr o Brasil não ficar isolado. Uma coincidência que só pode haver num Estado como no Paraná, com um governador como Paulo Pimentel, que faz tantas obras, em todos os setores de administração.

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Com obras deste porte, o Paraná é um Estado sem medo das manobras insolentes, sem medo do futuro, preparado para enfrentar o amanhã de cabeça erguida. O governador Paulo Pimentel está de parabéns, mais uma vez. Sua Excelência pode ficar tranquilo. Os homens passam, mas suas obras ficam indelevelmente marcadas na história. E seu saldo de trabalho, de obras, por certo, senhores Deputados, já autoriza dizer que ele fez um governo para a história, integrando passado com presente, tendo em vista o futuro, o desenvolvimento de um Paraná jovem que já não pode mais atuar velhas estruturas, antigos métodos de administração, um Estado faminto de progresso, ávido de estradas, e que, agora, pelo velho caminho das tropas, totalmente asfaltado, irá levar riqueza para todo o Brasil.

Senhores Deputados, a importância de uma rodovia mede-se também pela região que beneficia. E não só a velha Ponta Grossa, a antiga Pitangui,

a velha Castro ou Piraf do Sul, ou os demais municípios atravessados pela PR-11 vão se beneficiar com a rodovia.

São 45 municípios, senhores Deputados, situados na sua zona de influência econômica. Mais de um milhão de habitantes, ávidos de caminhos para o grande encontro com o desenvolvimento, que ganharam uma rodovia inteiramente asfaltada.

Sim, o Paraná pode dizer que é um Estado sem medo. Sua Excelência o Governador Paulo Pimentel pode dizer que é um homem que não teme. O futuro fará justiça. O amanhã mostrará o valor de sua obra no presente. Uma obra de rotina, como esta rodovia. Só uma rotina e mais nada, num Estado que já se acostumou com acontecimentos extraordinários e com um Governador extraordinário como é o sr. Paulo Pimentel.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Grande Expediente, ao sr. deputado Roberto Wypych, inscrito.

O SR. ROBERTO WYPYCH — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Dizer que o dia 1.º de maio marcou o início de uma nova era no Paraná, seria cair em lugar comum. Mas, a verdade é que a partir desta data ingressamos definitivamente no tempo das telecomunicações, aligerados há tempo com a implantação de obras básicas que permitiriam este acontecimento, que foi a inauguração do primeiro trecho da rota Norte da rede estadual de micro-ondas, ligando Curitiba a Londrina.

Antes, senhores Deputados, apenas Curitiba sentia a presença desta nova imagem em termos de comunicação, através das ligações com as principais capitais do Centro-Sul brasileiro. Aos poucos, com a concentração de esforços por parte do Governador Paulo Pimentel no setor, novos equipamentos começaram a ser instalados nas cidades mais importantes das diferentes regiões do Estado para que pudesse ser introduzida a técnica avançada, que corresponde, em tese e na prática, na implantação de um esquema de infraestrutura capaz de cooperar vigorosamente com a verdadeira arrancada dos vários outros setores da iniciativa privada e governamental.

O Norte do Paraná está mais próximo de Curitiba, Sr. Presidente. Mais integrado ao Brasil. As outras regiões também são preparadas para que cheguem a este ponto. Recordamos os sr.s Deputados que a primeira determinação do excelentíssimo governador Paulo Pimentel, ao ser criada a Companhia de Telecomunicações do Paraná, foi o estabelecimento da rede de emergência principalmente no Sudoeste e Extremo Oeste, que ligou cerca de 80 cidades à Capital.

Até então esses municípios não podiam manter contatos ininterrompidos via telefonia nem entre si, quanto mais com localidades situadas fora do seu eixo político-econômico-social. Ao mesmo tempo foi determinado que fosse montada uma rede de micro-ondas para cobrir o Estado. "A nova rede veio e virá salvar o Paraná de graves prejuízos apressados momentaneamente pelas "linhas físicas", tradicional sistema já considerado obsoleto pela técnica moderna. Dentro de pouco tempo, creiam, estará fechado o circuito de micro-ondas interligando o Sul, o Norte, o Noroeste, o Sudoeste e o Oeste paranaense entre si e os unindo às regiões brasileiras, num perfeito acoplamento ao Sistema Nacional das Telecomunicações.

Os obstáculos, como é natural, não foram poucos. Todavia, eles a cada dia foram superados pelo apoio do Governador Paulo Pimentel. Em tempo recorde, o Sistema Estadual de Telecomunicações foi acentado em alicerces sólidos. Daí para frente, a estrutura progrediu e pode sofrer ampliações tantas vezes quanto se fizer necessário. A imprensa paranaense estampou uma síntese apresentada pelo dr. Ivo Arzua Pereira, Diretor-Presidente da TELEPAR, do que faz aquele Órgão e, numa fotografia transmitida à população estadual, fixou os ângulos da atualidade do Paraná no campo das telecomunicações.

Sr. Presidente, sr.s Deputados, disse o engenheiro Ivo Arzua que "o Paraná caminha rapidamente para liderança nacional no setor". E acrescentou que "os Estados como São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são ultrapassados pelo progresso aqui reinante". Na entrevista que os jornais publicaram, o titular daquele órgão nos relacionou uma série de datas. Datas que traduzem o alto estágio em que se encontra nosso Estado. Vejam os senhores que até 1968 somente 172 localidades eram servidas pelo serviço interurbano. Este número agora, quase atinge a três centenas. Tinhamos 258 circuitos interurbanos estaduais e passamos a contar com 2.500. Podemos falar com qualquer parte do Brasil e mesmo do mundo, com a mesma facilidade com que hoje conversamos com Londrina. Estas datas anunciadas pelo engenheiro Ivo Arzua marcam várias inaugurações. Isto é, o progresso penetra cada vez mais no interior paranaense.

Em Curitiba a situação é a mesma. Duas novas estações telefônicas foram entregues aos usuários; uma outra estará pronta em agosto próximo. Isto pôs, sr.s Deputados, queríamos fazer nossas as palavras do sr. Ivo Arzua: "A Telepar, entre outras, são atribuídas as finalidades de servir de infraestrutura de integração sócio-político-econômica não só entre regiões paranaenses, mas entre todas as brasileiras; atuar como incentivador e acelerador das atividades econômicas, impulsionando o desenvolvimento estadual e nacional; servir de precioso meio para a mais fácil e rápida propagação da educação e da cultura; operar como eficaz instrumento de consecução da política de segurança nacional; contribuir decisivamente para prontas e eficazes medidas de socorro médico a doentes e vítimas de acidentes e catástrofes; e, por fim, aproximar instantaneamente os homens, as cidades e os países, contribuindo para a compreensão e a paz mundial." — (Sem revisão do Editor)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao sr. deputado Alencar Furtado, inscrito.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Presidente, sr.s Deputados.

Estradas, telefones, Copel foram louvados neste expediente, numa homenagem que ilustres Deputados quiseram prestar ao Governador paranaense. Eu, por mim, sr.s Deputados, se de um lado não ponho antolhos para enxergar obras, tenho que dizer de aspectos que precisam ser ditos. A obra de telecomunicações do Paraná foi iniciada muito mal, como já denunciarei desta tribuna, quando, comprando mal e caro o que já era do Estado deram a estrutura a Telepar, assim encetada. Hoje vemos telefones por toda a parte, mas é bom que se diga também que o seu funcionamento e não é dos piores, pelo menos não é dos melhores.

A Copel, de certa forma, atravança a industrialização do Paraná, com as suas tarifas, simplesmente proibitivas. Tenho um exemplo de Paranaense.

O sr. Erondy Silveiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Perdo-me, nobre Deputado, mas arena não queria deixar passar a

oportunidade, já que V. Exa. passa neste instante a outro tópico do seu discurso.

Neste tópico da Copel, nobre Deputado, eu me associo a V. Exa. — a não ser que V. Exa. vá dizer o contrário, mas que as tarifas da Copel são proibitivas, realmente o são. Nisto, estou de acordo com V. Exa. e não acho que sou só eu, mas toda a Casa e todo o Paraná pensam assim. Mas não vou atribuir isto ao governador Paulo Pimentel; pois já vem de dois governos e não seria no atual Governo que se corrigiria esta falha. Mas, estou de pleno acordo com V. Exa.

Com a Telepar, em princípio também estou de acordo com V. Exa. — E estou de acordo, — que estou até na cadeia que V. Exa. usa nesta Casa; até parece que eu passei para o lado da oposição. Mas, V. Exa. tem razão, a Telepar iniciou mal, comprou mal, jogou dinheiro pela janela, e ainda não se revelou até hoje o culpado por estes fatos e esperamos que se faça justiça. Mas, V. Exa. cometeu uma injustiça contra o atual Presidente da Telepar. Diz que a Telepar tem telefones à vontade mas que funcionam mal. Realmente, não é possível que um serviço recém inaugurado atinja 100 por cento da perfeição. Estas falhas são normais e temos certeza que sob a direção e eficiência da administração de Ivo Arzua, dentro de breves dias, teremos a perfeita normalização do serviço de telefones de Curitiba. E quero lembrar a V. Exa. que ao final da administração Paulo Pimentel, Ivo Arzua à frente da Telepar, a Telepar terá ótimos telefones, pelo menos 50% dos atuais previstos.

Sabe V. Exa. que telecomunicação é importante e demanda dinheiro; e não seria possível, apenas num período governamental, trazer tudo aquilo que a ciência e a tecnologia já alcançou nos países mais adiantados, e Estados de recursos financeiros, como São Paulo. Mas, temos absoluta certeza de que o que pode ser feito na Telepar, até 15 de março de 1971, com os recursos de que dispõe o atual Presidente da Telepar, será feito, sem que se jogue pela janela um centavo, porque não é do feito do ex-ministro Ivo Arzua e atual Presidente da Telepar, esbanjar o dinheiro público. Ele já muito valor ao dinheiro que é arrecadado do povo através de impostos. Isto já provou na Prefeitura de Curitiba, no Ministério da Agricultura e está fazendo na Telepar.

Se Ivo Arzua não tivesse assumido a Telepar não teríamos telefones ainda em Curitiba.

Temos certeza que estas falhas serão sanadas num espaço de tempo muito breve. Quero portanto, desta tribuna, fazer justiça ao grande homem público que é Ivo Arzua Pereira.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa. — Eu não estou injunctando o operoso Presidente da Telepar, que, para mim, se tem havido nas funções públicas, exercidas através tantos anos, com probidade e decência. E, no episódio que deu a estrutura da Telepar, quando o Paraná, comprando mal, pagando mal, jogando o dinheiro público na má aplicação que a ele deu, o então prefeito municipal dr. Ivo Arzua Pereira foi contra e inclusive mandando tomar os bens físicos-contábeis, operando na casa dos 7 bilhões de cruzelos — preço-teto e, a seu ver, se se tivesse que comprá-lo com o valor atual não ultrapassaria no limite.

Então, não injusto S. Exa. porque sei que se houve no episódio com nobreza, com decência, a despeito de sofrer pressões inclusive do sr. Roberto Campos, pró-homem da revolução daquela época.

Sr. Deputado, agradeço a V. Exa. ficar de acordo com algumas das teses da nossa bancada oposicionista, demonstrando que a liderança do governo nesta Casa não vem de encontro, mas vem ao encontro das grandes teses populares do Estado do Paraná.

O sr. Roberto Gilvany — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, apenas para que não paire dúvida, quando V. Exa., no início disse que a tarifa da Copel é cara no Estado do Paraná e isso estava entravando o progresso social de nosso Estado, eu gostaria de deixar o esclarecimento, nobre Deputado, de que não é a Copel que fixa a tarifa de energia elétrica. Ela é fixada pelo Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, pela Eletrobrás. A Copel apenas executa esta determinação de Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, no que diz respeito à tarifa de energia elétrica. É preferível a tese de que é compatível a tarifa com a energia elétrica, nobre Deputado, do que ter a cidade às escuras. Era o que tinha a dizer.

O SR. ALENCAR FURTADO — Sr. Deputado, agradeço, mas V. Exa. está colidindo com a opinião de seu ilustre líder, que reconhece, como eu, que a tarifa da Copel é cara. Ocorre, em verdade a fixação é objeto da lei federal. Mas o Governo não ignora que após esta fixação os investimentos, as despesas feitas durante determinado período são levadas para, nesta computação de custos, fazer novas fixações.

Aqui no Paraná nobre Deputado dou testemunho da minha cidade dou testemunho das cidades vizinhas, quando a Copel, para ligar a luz e energia nas residências, inclusive exigia preliminarmente e antes da ligação, uma cessão de direitos por parte do usuário, que pagava as instalações primárias para a ligação de sua casa depois de pagar à Copel através dos representantes que exigiam documento de cessão de direito. Esse documento, não sei bem até hoje, foi objeto de um pedido nosso de informações, feito nesta Casa, e não sei como possa estar na contabilidade da Copel a título de despesa, pois despesa não foi por ela feita, mas pelo usuário do Paraná que deu o documento cedendo seus direitos. Então, nobre Deputado, se a Copel computar como investimento seu essa despesa feita pelo usuário para efeito de fixação de tarifas, está onerando o povo paranaense, está gravando o desenvolvimento do Paraná, e quando nós temos modestas indústrias pagando 20 a 30 milhor por mês e energia elétrica, como acontece em Paranaíba. Só vejo desânimo, vejo desalento, vejo desestímulo, vejo falta de vontade no incremento às indústrias, pelo atravancamento feito pela Copel à base dessas tarifas proibitivas.

E oxalá que a visão do Governo se escancare para que nesta faixa industrial, de que tanto carece o Paraná, — seja criada uma faixa para indústria, com tarifas mais baratas, nem que fosse com onus para o Governo, onus da Copel, porque o órgão público não é feito para obtenção de lucros, é feito para servir, para ser útil. A região Norte paranaense, até há bem pouco tempo era plena de empregos e, hoje é região de desemprego. Nunca vi tanto problema social como hoje, tanta miséria, daí a necessidade do incremento industrial para que se dê emprego a essa massa de obra desocupada. Não custa a Copel, que nos seus balanços e balancetes exhibe lucros e mais lucros, não custa que retire um pouco desse lucro, reduzindo as tarifas na faixa industrial, porque as consequências poderão harmonizar um problema social de nosso Estado.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). É sempre um prazer, nobre Deputado, ouvir o que V. Exa. sempre traz à tribuna assunto do maior interesse para nosso Estado. Não sou engenheiro,

seu um modesto tacharel em direito, não conheço o problema de energia elétrica, mas sou interessado, estudioso, e procuro ler, sempre que possível, aquilo que diz respeito à eletrificação em nosso Estado e em nosso País. Certa ocasião, nobre Deputado, li uma entrevista do sr. Ministro de Minas e Energia Elétrica, em que realmente se expressou trazendo grande verdade. De que a energia no Brasil é cara, é cara porque apenas uma meia dúzia de privilegiados é que obtém esse grande favorecimento. Como os demais ainda estão às escúrias, depois das suas declarações, comeci a pensar seriamente a respeito desse assunto e verifiquei com ansiedade algumas dezenas de municípios, por exemplo, Miraselva, Tapajara, com que adivize, com que interesse eles esperam essa energia, e quando a têm consideram muito cara. Mas só dá valor à água, aquela que não tem uma água tratada, canalizada. Londrina, que hoje é uma grande metrópole, uma grande cidade, já é uma pequena grande Capital, V. Exa. tem que convir que hoje sofre terrivelmente com o problema de energia. Gostariamos que a COPEL estivesse em Londrina, mas ela não está. Sabemos, hoje, que Londrina tem uma distribuição interna precária, cujo governo futuro terá que colaborar efetivamente com uma importância máxima de 8 a 10 milhões de cruzeiros, para mudar a rede elétrica de Londrina.

As indústrias de Londrina têm, às vezes, seus trabalhos paralisados, 8, 9 e até 15 vezes diariamente por uma precária energia que lhes é fornecida. E conheço até uma indústria que está gastando perto de 4 bilhões de cruzeiros para ter uma energia termo-elétrica, porque a COPEL ainda não atingiu Londrina; seu fornecimento se opera por Apucarantina, se não me engano.

Disse V. Exa. que a energia é cara, mas há centenas de brasileiros que não têm o privilégio de desfrutarem da energia elétrica. Então é preciso nós termos esse privilégio. O Governo não tem condições para isso, não pode emitir, como fazia anteriormente, as taxas e tarifas são altas, não cobradas de acordo com os serviços. Por isso é um ônus terrível para aqueles que pagam para gozar desse privilégio.

Mas, dentro de pouco tempo, o Paraná estará inteiramente coberto com essa energia. Então, teremos uma energia mais compatível, mais de acordo com as necessidades do povo.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa. que concordando discordo de mim.

Mas nobre Deputado, há um clamor, há um problema sério demais que poderia ser amenizado com alguma solução. O Governo sempre foi o responsável pela coisa pública; sempre foi responsável. E o Governo que emitiu ontem, continua a emitir, não na mesma proporção, mas continua a emitir. O próprio Presidente da República teve sua palavra repetida na terra de V. Exa., pelo Ministro da Fazenda, quando dizia que "o Governo já bem, mas o povo já mal".

Então, veja V. Exa., o Governo vai bem, o povo vai mal. Mal por que? A inflação continua, o custo de vida aumenta. Fale V. Exa. o quanto aumentaram os aluguéis de 65 para 66? O aumento foi de 204%. A tarifa postal, ainda há dois meses, teve um aumento de 500%. E quanto aumentou a gasolina de 64 até hoje? Não se sabe quanto.

Então, o Governo vai bem, o povo vai mal. Mas, nós pensamos, achamos que o povo deverá ir bem, nem que o Governo vá mal. O povo é esta coisa sublimada, por Deus. O Estado é uma entidade que não precisa comer todo dia, pode passar suas crises; mas a criança tem que beber seu leite. Por essa razão, não concordo com V. Exa., embora quase sempre o faça.

O sr. Olavo Ferreira — Nobre Deputado, realmente, um Governo que diz que o Governo vai bem e o povo vai mal, é um Governo que merece nosso respeito. Não é fácil ter humildade e temos que convir que de 64 para 65 as coisas se modificaram, se transformaram, de uma maneira violenta no Brasil inteiro.

Aquela inflação inflacionária de 7, 8% e com tendência de aumentar para 10 e 12%, hoje não existe mais. Hoje temos inflação de 2,5 ou 3%, realmente ainda temos. Não acredito nos dados apresentados pela Fundação Getúlio Vargas; não podem representar tecnicamente o índice que não é a realidade daquilo que sentimos. A verdade é que a inflação não aumenta mais hoje. A outra preocupação, muito grande do Governo, é de assegurar e aumentar o índice de desenvolvimento.

Nobre Deputado, é fácil criticarmos o Governo. Também gosto de criticar e critico sempre que posso. Critico como V. Exa. de maneira construtiva. É necessário que se faça oposição como a que V. Exa. faz nesta Casa. Eu a respeito porque é séria e está sempre sentindo o problema do povo da região que V. Exa. representa nesta Assembleia. V. Exa. quer transmitir, através da sua palavra fluente, todo o sentimento e o sofrimento deste povo.

Mas, temos de convir que estamos numa fase puramente de transição. E o Brasil não poderia se restabelecer em apenas seis anos, em três governos revolucionários que, além de bem intencionados, têm provado ao povo brasileiro que, realmente, estão realizando uma grande obra redentora para este País.

Portanto, suas críticas são mais que justas; são sérias e nós as entendemos perfeitamente. Gostariamos que, ao lado da crítica, V. Exa. entendesse o esforço titânico que faz o Governo e os Governos Revolucionários para que o povo não seja tão pobre e o Governo não seja tão rico como realmente se apresenta.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa. Não posso negar o esforço, a intenção do Governo Revolucionário que de 64 para 65 vem querendo dar soluções para a gente. Mas não posso negar a evidência, porque nem tudo é azul. Há, dizia, de 65 para 66 o aluguel do funcionário que está sempre sendo aumentado. No mês que vem vai aumentar novamente, os gêneros alimentícios subiram de preço. Em contrapartida, os vencimentos não acompanharam esta subida a despeito do esforço inflacionário e deflacionário que V. Exa. se refere, e que concordo com V. Exa.

O sr. Sílvio Barros — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Permite-me, como subsídio às suas considerações. A oposição não pode aceitar certas afirmativas que não correspondem à seriedade com que V. Exa. enfoca os assuntos e nem com a oposição construtiva que faz nesta Assembleia.

Não podemos aceitar afirmativas tais como esta de que a Fundação Getúlio Vargas não teria condições ou oportunidade para prever dados estatísticos. Isto somente seria possível advindo de uma pessoa que tivesse uma miera implacável, talvez, pelo nome da Fundação, porque é um órgão internacional absolutamente reconhecido por todos os outros órgãos, inclusive é o elemento que fornece os dados para o Congresso norte-americano, que possui um perfeito conhecimento da situação latino-americana — especificamente brasileira. É interessante também notar que a taxa inflacionária publicada em termos oficiais pelo Governo não corresponde de fato aquilo que os países outros pretendem, ao emprestar ou ao investir ou ao transacionar

com o Brasil, porque em qualquer país estrangeiro, quer europeu ou mesmo a América do Norte só se admite investimento no Brasil, pressupondo-se a desvalorização ainda na razão de 35% ao ano, e nosso País aceitou a fórmula UPC, que é fórmula padrão de capital. Dentro deste espírito e comprando dinheiro a este preço, é evidente que uma empresa governamental pode dinamizar metas, porque o custo fica a critério daqueles que têm a prioridade e a prerrogativa de examinar a verdadeira curva de desvalorização da nossa moeda, e aí está hoje o preço do dólar a comprovar, que, nos gloriosos seis anos do atual Governo, ele partiu de cerca de mil cruzeiros velhos para quatro mil e seiscentos ou, quatro mil, trezentos e cinco cruzeiros velhos, precisamente. Nós não podemos, em nome da oposição, aceitar estas afirmativas, porquanto, acompanhando detidamente e naturalmente sentindo o custo operacional de empresas e Governo que sabemos que ele corresponde à nossa afirmativa, ou seja, que as finanças brasileiras ou a política financeiro-econômica está muito distante do conceito biológico e, ao nosso entender, havia de ter uma correlação entre política financeiro-econômica e biológica, está naturalmente a política financeiro-econômica atendo de perto o estímulo vazio da nossa gente, que reclama a todo minuto por uma humanização em termos de se alimentar melhor, porque, para nossa tristeza, em nossa Pátria, a cada três brasileiros, dois são sub-alimentados.

Em estas as considerações que no momento desejava fazer.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa., escudeiro e substantioso como sóem ser os seus apertes.

O sr. Olavo Ferreira — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Pedi o aparte, apenas porque não gostaria que passasse alguma dúvida nesta Casa sobre o seguinte fato:

Primeiro — eu não afirmo, e as notas taquigráficas poderão confirmar, de que eu não reconheço autoridade, apenas, não aceito os dados apresentados. Não é autoridade. Isto já chega num ponto um pouco mais grave.

Segundo, nada tenho a ver e nada tenho contra a Fundação Getúlio Vargas. Eu, desde 1945 pertencio ao extinto Partido da União Democrática Nacional, mas isto não quer dizer que eu não respeitasse o estadista que foi o então Presidente da República, Getúlio Vargas. Gostaria, para que não confundissem as coisas, porque eu não chegaria ao ponto da mesquinhez em ir contra uma instituição porque ela leva o nome de um homem a quem eu muito respeito, apesar de ser colocado numa posição completamente contrária à nossa política, de deixar este ponto bem esclarecido.

O SR. ALENCAR FURTADO — Nobre deputado Olavo Ferreira, gostaria de dizer a V. Exa., que a Fundação Getúlio Vargas é um órgão informativo do atual Governo Revolucionário e, para desferir o equívoco de V. Exa., encossa, quando diz que o Governo vai bem e o povo vai mal. Exa. que falou na taxa inflacionária de 2, 3%, a Fundação, ainda há poucos dias anunciou que em 1969 ultrapassou a 85%.

O sr. Armando Queiroz — Nobre Deputado, V. Exa. fez duas afirmações que realmente me preocupam. Uma, não sei se é com V. Exa. e não sei se não sei se V. Exa. endossa esta afirmação, mas há uma outra e esta realmente me preocupa. Seria preferível que o Governo fosse mal e o povo fosse bem, porque, no meu entender, Governo é administração, é controle, é orientação, Governo é responsabilidade, e faltaria o controle, faltaria a responsabilidade, faltando a orientação e também a administração é evidente que nós só poderíamos caminhar para o desequilíbrio, para o caos e não posso compreender como possa indo mal o Governo, possa ir bem o povo. O ideal seria que tudo fosse bem e o povo também. Ora, na argumentação de V. Exa. tudo se baseia no encarecimento brutal da vida, consequência evidente da inflação galopante que anda por aí, mas se nós damos ao trabalho de olharmos para fora das nossas fronteiras, nós vamos ver que o grande país, os Estados Unidos, atravessa agora uma crise sem precedentes na sua história, pois a taxa de inflação daquele país anda na casa de 6%. Para nós isto nada significa porque a nossa é muito elevada, mas para ele é motivo de grande preocupação, daí por que não poderia eu aceitar a tese de V. Exa., porque se o nosso povo ainda vive vive mesmo com reais dificuldades, é preciso que se reconheça que lá viveu bem pior, e agora o Governo está procurando, está se esforçando com a sua orientação, com o seu controle, com a sua administração, a sua responsabilidade para, se firmo, conseguir levar melhores condições para o povo de nosso país e Deus queira que em certas horas, em certos momentos, o Governo esteja bem e o povo esteja bem.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço o aparte de V. Exa., como sempre clarividente e muito inteligente, mas se V. Exa. me permite, tenho que, lamentando discordar da tese de V. Exa. quando afirma que o sr. Presidente da República viu repetida a sua expressão afirmativa pelo atual Ministro da Fazenda, em Londrina, dizendo que o Governo vai bem e o povo vai mal. Eu quis, numa opção, se tivesse, se me fosse dado escolher entre o governo mal e o povo bem, eu teria que ficar com o povo bem, e o Governo mal. A tese de V. Exa. não é a minha tese, eu não quis dizer que se o Governo anda mal, fica desgovernado, e que não tivesse capricho administrativo, valor administrativo, fosse aquele Governo irresponsável, leviano. Não. Governo pode ser austero, pode ser sério na sua administração, mas na opção que formulei entre o povo mal, às vésperas de vietnamizar-se e o Governo bem, eu preferiria que o povo estivesse de barriga cheia e o Governo em dificuldade. Foi com este sentido tão somente, com este propósito que fiquei com a opção do povo, mas a ideia é que o Governo ande bem e o povo vá bem. Já me alonguei demais, nobre Deputado na minha oração, porém, antes de terminar, queria, e foi com este propósito principal que assumi a tribuna, nobre Deputado, porque queria fazer um apelo a V. Exa. se me permite. Existe uma estrada, a chamada EP-376 que vai de Paranavai a Pôrto São José.

Em 68, numa luta nesta Casa travada por nós, com a compreensão de toda ela, conseguimos a sanção e o apoio da Casa e a sanção governamental para um projeto de lei de nossa autoria que autorizava o Governo a atender esse trecho como obra delegada do Governo Federal. Pois bem, 10 bilhões em 68 foram retirados de uma operação de crédito de 80 da estrada Três Pinheiros-Pato Branco, para serem destinados a este trecho. No orçamento plurianual figura a obra. A lei deu caráter prioritário. Por duas vezes, pois que dificilmente faço, mas por duas vezes já me dirigi ao sr. Secretário dos Transportes, pedindo que tomasse providências, porque a lei impunha estas obrigações àquela Secretaria.

Srs. Deputados e sr. líder do Governo, no mês de janeiro, se não me engano, quando da ida do sr. Governador do Estado à cidade de Londrina, em praça pública, S. Exa. disse que esta estrada seria iniciada no mês de fevereiro. Um segundo encontro que tive com S. Exa. o sr. Eurides Mascarenhas Ribas, aqui nesta Assembleia, perguntou ao Secretário: a Estrada, quando vai começar? — Ele respondeu, depende, talvez, em maio ou junho. E eu disse, Secretário, o Governador, em praça pública, na nossa região, disse

que a estrada começaria em fevereiro, pensei que S. Exa. fez esta afirmativa com responsabilidade do cargo que ocupa, e não para fazer discurso bonito. Eu creio na sinceridade afirmatória do Governador de dar início à obra no prazo que, em praça pública, na cidade de Londrina, disse ser iniciada.

Então, como já estamos no mês de maio, e nem notícias se tem do início desta obra, como a mesma tem caráter prioritário, como existe dinheiro neste sentido, como existe a palavra do Governador também empenhada, simbolizando a própria lei que esta Casa votou, creio que entre a omissão de um Secretário e a palavra do Governador, o Paraná tenha que ficar com o Governador e nós da oposição não teremos opção.

Por esta razão, srs. Deputados e nobre líder do Governo, crendo na palavra do Governador, acreditando que em praça pública falou com seriedade, é que apelo a V. Exa. E me desculpe: desculpe-me este apelo, nobre Deputado, pois não queria onerar V. Exa., já tão onerado no tempo, que tão pouco tem para dispor com um problema da nossa região. Mas só o faço, nobre Deputado, porque V. Exa. se tem demonstrado aqui, quando se pede o seu auxílio, com tanta diligência, com tanta probidade, com tanta afetividade que não deixo, apesar do constrangimento, de fazer o apelo a V. Exa.; pois não mais me dirijo ao sr. Secretário, já por duas vezes o fiz. Mas, me dirijo a V. Exa. para que faça chegar ao Sr. Governador estes reclamos que talvez sejam mais dele que prometeu em Londrina, do que daqui desta tribuna.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Alencar Furtado, inicialmente quero agradecer as referências que V. Exa. está fazendo a nosso respeito.

Não temos feito outra coisa senão cumprir com o nosso dever, porque aquilo que a oposição tem pedido ao governo nesta Casa, tem sido não para a oposição, não para o MDB, mas para o povo do Paraná.

Por isso, nós que recebemos subsídios no fim do mês, nós que somos pagos para trabalhar em favor do povo, somos obrigados a atender os pedidos de informações, os reclamos, as reivindicações da bancada de V. Exa. Eu me lembro perfeitamente e ratifico tudo que V. Exa. está dizendo da tribuna e não é de hoje —, a respeito da estrada Paranavai-Porto São José. Lembro perfeitamente da tramitação da lei, do compromisso do sr. Governador do Estado, naquela oportunidade, através de um de seus membros desse poder, de realizar a obra desde que fosse dado recursos financeiros por esta Casa, necessários à consecução da mesma. E estranho, porque tenho conhecimento dessa promessa que o Governador do Estado fez em praça pública, marcando inclusive data para início daquela obra. Estranho porque até o presente momento ainda não cumpriu o sr. Secretário dos Transportes a decisão governamental. Talvez por motivos outros, alheios à sua vontade, quem sabe. Mas, sr. Deputado, eu me comprometo, se V. Exa. me permitir, a extrair das notas taquigráficas o brilhante discurso que V. Exa. está proferindo nesta manhã, este trecho que diz respeito à estrada Paranavai-Porto São José, e levá-lo ao conhecimento do sr. Governador do Estado, para que S. Exa. veja o tom dramático de V. Exa. a fim de que o sr. Secretário dos Transportes cumpra o que seu Chefe prometeu ao povo daquela região. E mesmo estranha a atitude do sr. Secretário dos Transportes, porque os recursos foram concedidos, através de lei especial aqui desta Casa. Não há justificativa nenhuma. Talvez não tenha chegado ainda às mãos do sr. Secretário, ou por outro motivo que desconheço.

Portanto, eu levando o apelo de V. Exa., ao sr. Governador, acho que S. Exa. dará resposta à indagação que V. Exa. faz, que não é outra se não a indagação de todo o povo daquela próspera região do Paraná.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço, deveras, penhorado, o aparte de V. Exa., opinando com os representantes do povo nesta Casa, e com o povo todo, a fim de que o sr. Secretário dos Transportes cumpra a lei. Inclusive eu me sentiria muito melhor se aqui estivesse agradecendo a iniciativa secretarial do cumprimento da lei, porque, sei, srs. Deputados, que o povo daquela região Oeste do Paraná ficará eufórico em demasia até, se a lei tivesse sido cumprida, pois foi promessa do Governador do Estado, em praça pública, em Londrina.

Agradeço a V. Exa. o compromisso com essa espontaneidade que honra seu espírito público, de levar ao sr. Governador do Estado o apelo por nós formulado, e fique certo S. Exa. o sr. Governador e V. Exa., nobre Deputado, e a Casa inteira, que é o apelo do povo da minha região.

O sr. Roberto Galvani — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. Deputado, gostaria de dialogar apenas rapidamente com V. Exa. A estrada Paranavai-Porto São José, por ser BR, é obra do Governo Federal, mas que o Ministério dos Transportes delegou ao Governo do Estado, a Secretaria de Transportes e ao D.E.R. estadual.

O Governo do Estado do Paraná depende dessa delegação do Ministério de Transportes e DNER. Apenas a título de sugestão, sugeria a V. Exa. que também atuasse na área do Ministério dos Transportes, talvez com requerimento de sua autoria, dirigido ao Ministro de Transportes, para que este, através de providências junto ao DNER, providenciasse essa delegação de poderes do DNER para o DER estadual, face ao DER já ter parte dos recursos para aquela obra, recursos orçamentários consignados.

E mais, o trecho Paranavai-Porto São José está, inclusive, contratado. Inclusive já foi feita, na época, uma concorrência para execução do trecho Paranavai-Porto São José, pelo Ministério de Transportes e ganhou uma firma carioca, que posteriormente foi comprada por uma firma paranaense. Acredito, então, que unindo esforços, como bem disse V. Exa. e o Líder do Governo, atendendo não só à área da Secretaria de Transportes, mas também ao Ministério de Transportes, V. Exa. poderá levar a cabo o projeto a que se propõe.

O SR. ALENCAR FURTADO — Agradeço a intenção do aparte de V. Exa., mas nobre Deputado, há cerca de dois meses atrás, o Secretário de Transportes avisou-me que daria início em abril, pois o tracado estava de findo. E em razão dessa definição, acredito que o sr. Governador prometeu, em Londrina, que o início se daria em fevereiro.

Quanto ao contrato, sabe V. Exa. como eu que houve uma concorrência se não me engano, em 1952, e os direitos dessa concorrência foram adquiridos pela Empresa C. R. Almeida. Então, na verdade, o contrato de execução não está formulado, não está feito. O que houve, foi uma aquisição de direitos de uma concorrência, há vários anos atrás, feito não com essa firma C. R. Almeida que adquiriu esse direito.

Então creio válido o apelo feito e mais válido ainda o apelo do Líder do Governo, que com tanto carinho soube atender os reclamos sentidos e quis não digo dolorosos, mas desiludidos de minha região. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se a

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Emilio Carazai, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apreciado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 139-69, autorizando o Poder Executivo criar na sede do Município de Pérola, uma Escola Normal Secundária. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 139-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Pérola, uma Escola Normal Secundária.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 20 de abril de 1970.

(aa) SILVIO BARROS — Presidente.

AGNALDO PEREIRA LIMA — Relator.

ROBERTO GALVANI

— REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 108-69, autorizando o Poder Executivo criar na sede do Município de Fênix, uma Escola Normal de Grau Colegial, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Apreciado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nr. 108-69

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal, de Grau Colegial, na sede do Município de Fênix, para funcionar a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de abril de 1970.

(aa) IVO TOMAZONI — Presidente.

OLAVO FERREIRA — Relator.

AGNALDO PEREIRA LIMA

— 2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 16-70, Mensagem nr. 3-70, encaminhando Anteprojeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a obter empréstimos externos para Obras Rodoviárias Estaduais. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS — Apreciado artigo por artigo.

— 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 45-70, Mensagem nr. 12-70, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do "Fundo Especial de Reequipamento Policial" — FUNRESPOL. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Apreciado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a Mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Eurico Rosas, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos ao sr. Governador do Estado. — Apreciado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando inserção nos Anais da Casa dos termos da nota jornalística, publicada ontem pelo jornal a "Gazeta do Povo". — Apreciado.

(O texto a ser publicado acha-se transcrito no final desta Ata).

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Wypych, constante do Expediente, solicitando voto de congratulação ao sr. Governador do Estado. — Apreciado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo ao Governo Federal, ao Governo Estadual, e ao Ministério dos Transportes e Secretário dos Transportes do Estado do Paraná. — Apreciado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 11, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 547-66.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 16-70.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 45-70.

Levanta-se a Sessão.

MATERIA CUA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NELSON BUFFARA, NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 8 DE MAIO DE 1970

ENERGIA PARA O LITORAL

O Paraná vem fazendo, há decênios, esforços consideráveis no sentido de traçar, no perfil de seu território, uma política de estradas de alta significação econômica. A rede rodoviária que, ainda, está exigindo nossa contribuição em impostos, que carrega recursos federais e empréstimos internacionais decorre de nossa esperança de ver fluir, pelo Paraná, as suas riquezas, que precisam canalizar-se para os portos marítimos do Estado.

Mas, ao lado de toda essa ordem de preocupações, não se pode esquecer que, num tempo ainda não remoto, tivemos que assistir ao colapso do porto de Paranaguá, por falta de energia elétrica. A cidade ficou às escuras. O drama social foi de tantas repercussões quanto o de natureza econômica e social.

Agora, quando se anuncia para amanhã a inauguração da Subestação Transformadora de Uberaba, à ilharga de Curitiba, temos a certeza de que não só Paraná e seu atracadouro, mas, também, todo o Litoral do Paraná estará distanciado do fantasma da escuridão e do subdesenvolvimento. Funcionando, na sua primeira etapa, com 50 mil KVA de potência transformadora e com uma linha de quase 50 quilômetros, de 66 mil volts, essa obra constituiu-se numa resultante de recursos próprios da COPEL, vale dizer, dos paranaenses, além de financiamentos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico — BNDE e da "United States Agency for International Development" — USAID.

Convém recordar que Paraná e todos os municípios litorâneos do Paraná vêm sendo atendidos, no seu suprimento energético, de duas fontes: as usinas diesel de Paraná e a hidrelétrica Marumbi, de propriedade da Rede Ferroviária Federal. Com a interligação, já realizada em caráter experimental, todo o Litoral paranaense pode contar com reforço e adequado suprimento energético, garantido por fontes de geração localizadas em outras regiões paranaenses, dentre as quais a Usina Hidrelétrica "Júlio de Mesquita Filho" (44 000 quilowatts), inaugurada em janeiro e que integra o vasto Sistema Interligado Estadual.

A Subestação Transformadora de Uberaba que, amanhã, oficialmente, será entregue ao público do Paraná, vai contribuir, ainda, para estimular o turismo interno, na área do Atlântico, posto que, doravante, o problema de falta de energia estará, completamente, superado.

O empreendimento, pela sua significação e pela contribuição ao desenvolvimento de nosso Estado, principalmente em favor da região do Litoral, é, realmente, algo que deve ser posto em destaque.

4.ª Sessão Legislativa da 6.ª Legislatura Ata da 38.ª Sessão Ordinária Realizada em 11 de Maio de 1970 (Segunda-feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Igo Losso e Arnaldo Pereira Lima.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin, Arthur de Souza, David Federmann, Gabriel Manoel, Haroldo Bianchi, Olívio Belich, Leopoldo Jacometti, Arnaldo Pereira Lima, Alencar Furtado, Amadeu Puppi, Armando Queiroz, Antônio Lopes Júnior, Abrahão Miguel, Arnaldo Busato, Emílio Carrazz, Erondy Silvério, Eurico Rosas, Igo Losso, Ivo Tomazoni, João Mansur, Jorge Sato, Luiz Cruz, Luiz Malucelli, Nelson Buffara, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Roberto Galvani, Roberto Wypych, Seme Scaff, Silvio Barros e Túlio Vargas (31), achando-se ausentes os seguintes srs. deputados: Fabiano Brage Côrtes, Fúad Nacili, Olavo Ferreira, Olivir Gabardo, Paulo Poli, Pinto Dias e Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

- De autoria do sr. deputado Abrahão Miguel, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 49-70.
- De autoria do sr. deputado Roberto Galvani, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, para os Projetos de Lei n. 16-70 e 45-70.
- De autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n. 5-70.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja dirigido um apelo à Presidência do Banco do Brasil S.A., no sentido de ser instalada uma Agência no Município de Capenema, neste Estado. Trata-se de uma antiga reivindicação de uma vasta e rica região, e que até a presente data não fora concretizada em face da falta de energia elétrica naquela cidade.

Ocorre que esse problema foi superado e a cidade em referência está, hoje, dotada de energia elétrica, podendo receber esse grande benefício indispensável ao desenvolvimento industrial da região, considerando a existência de inúmeras indústrias, inclusive uma sumamente importante, qual seja a de industrialização da soja, instalada no Município de Planalto.

Solicita, ainda, seja dado conhecimento do presente aos srs. Prefeitos Municipais de Capenema e Planalto, e às respectivas Câmaras de Vereadores.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1970.

(a) — Arnaldo Busato

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais, requer, após ouvido o Plenário, que seja consignado nos Anais da Casa um voto de congratulações a todos os integrantes das Televisões, Rádios e Imprensa em geral, pela passagem do "dia consagrado à Comunicação". Desnecessário é frisar o papel importante da comunicação no mundo moderno, bem como o trabalho realizado, com idealismo e abnegação, por uma equipe enorme de homens que atuam neste setor, verdadeiros heróis do progresso e do desenvolvimento. Porém, não poderíamos olvidar nesta proposição a ação altamente produtiva e destacada que vem sendo realizada neste Estado pela Companhia de Telecomunicações do Paraná, e através o presente, desejamos ainda, na oportunidade, enaltecer a equipe extraordinária, e eficiente da Telepar, liderada no Paraná pelo homem da invencível moral e da capacidade do professor Ivo Arina Pereira.

Solicita ainda, após a sábia decisão desta Casa, que uma vez aprovada o presente, dê-se ciência à Telepar, na pessoa de seu Diretor-Presidente.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 1970.

(a) — Arnaldo Busato

Requerimento

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja consignado na Ata dos Trabalhos de hoje, um voto de Congratulações a todas as mães, pelo transcurso em data de ontem do "Dia das Mães", festivamente comemorado em todos os países cristãos do mundo.

Este significativo acontecimento teve a sua oficialização no Brasil, através do Decreto n. 21.366, de 5 de maio de 1.932, subscrito pelo Presidente Getúlio Vargas, e, desde então, todo o segundo domingo do mês de Maio, é consagrado ao maior devotamento dos filhos para com aquelas que nos trouxeram ao mundo, com muito sacrifício, dedicação e amor.

Assim, justo é que, entre nós não passe despercebida a data; e, tenha nos anais históricos desta Casa, o devido reconhecimento de todos os filhos-parlamentares, como homenagem à mãe Paranaense.

Sala das Sessões, 11 de maio de 1.970.

(a) — Igo Losso

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não há oradores inscritos. Esta livre a palavra. (Pausa).

O SR. ALENCAR FURTADO — (Pela ordem). Sr. Presidente, requer verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa deferir. O sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos srs. deputados para verificação de quórum. (É feita a chamada).

Responderam à chamada 23 srs. deputados. Há número legal para prosseguimento da sessão.

Continua livre a palavra. Não havendo quem dela queira fazer uso, declara encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA
com a presença de 31 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 547-66, denominando Departamento de Defesa da Fauna e da Flora (DDFF), a atual Divisão de Defesa da Fauna, da Secretaria de Agricultura e das outras providências. — Aprovado.

Redação Final do Projeto de Lei n. 547-66

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — A atual Divisão de Defesa da Fauna, da Secretaria de Agricultura, fica erigida em autarquia estadual, com a denominação de Departamento de Defesa da Fauna e da Flora (DDFF), dotado de personalidade jurídica própria, com autonomia administrativa e financeira, com sede e fóro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Compete ao Departamento de Defesa da Fauna e Flora:
a) realizar, promover e executar estudos em geral sobre a fauna e a flora para fins econômicos;

b) cumprir e fazer cumprir o Código de Pesca, preservando a nossa fauna aquática;

c) cumprir e fazer cumprir o Código de Caça, preservando a nossa fauna terrestre;

d) cumprir e fazer cumprir o Código Florestal, preservando a nossa flora.

Art. 3.º — O Departamento de Defesa da Fauna e Flora terá a seguinte organização:

I — Diretoria Geral

a) Divisão Administrativa

b) Divisão da Fauna

c) Divisão da Flora

II — Órgão Fiscal

a) Delegação de Controle

Parágrafo único — As divisões poderão ser subdivididas em tantas seções e serviços quantos forem necessários.

Art. 4.º — Constituirá receita do Departamento:

a) — verbas próprias de arrecadação, bem como as estipuladas no Orçamento;

b) — verbas de convênios e acordos com o Governo da União e outras entidades;

c) — Fundo de Reserva Florestal.

Art. 5.º — Passam a integrar o patrimônio do Departamento os bens móveis e imóveis, direitos e obrigações que, pertencendo ao Estado, se encontram atualmente sob a administração e a cargo da Divisão de Defesa da Fauna, da Secretaria de Agricultura.

Art. 6.º — A presente Lei será regulamentada pelo Poder Executivo, mediante Decreto.

Art. 7.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagidas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de outubro de 1969.

aa) Olivir Gabardo — Presidente

Roberto Galvani — Relator Abrahão Miguel

3.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 16-70, Mensagem 3-70, encaminhando Anteprojeto de Lei, que autoriza o Poder Executivo a obter empréstimos externos para Obras Rodoviárias Estaduais. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDAS. — Aprova o Projeto e emendas.

2.ª Discussão — do Projeto de Lei n. 45-70, Mensagem n. 12-70, encaminhando Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do "Fundo Especial de Recuperação Policial" FUNRESPOL. — Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a todas as mães, pelo transcurso, em data de ontem, do "Dia das mães". — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Roberto Galvani, constante do Expediente, solicitando dispensa da publicação de redação final para os Projetos de Lei n. 16-70 e 45-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Abrahão Miguel, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 49-70. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações a todos os integrantes das Televisões, Rádios e Imprensa em geral, pela passagem do dia consagrado a "Comunicação". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Arnaldo Busato, constante do Expediente, solicitando apelo à Presidência do Banco do Brasil S.A., no sentido de ser instalada uma Agência no Município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 5-70. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 138-69:

Redação Final — do Projeto de Lei n. 16-70:

3 a Discussão — do Projeto de Lei n. 45-70.

Levanta-se a sessão.

4.ª Sessão Legislativa de 6.ª Legislatura

Ata da 39.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 11 de maio de 1970 (Segunda-Feira)

Presidência do sr. deputado Francisco Escorsin, secretariada pelos srs. deputados Igo Losso e Agnaldo Pereira Lima.

As 15.00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Francisco Escorsin — Arthur de Souza — David Federmann — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Olivio Belich — Leopoldo Jacomet — Agnaldo Pereira Lima — Alencar Furtado — Amadeu Puppi — Antonio Lopes Jr. — Armando Queiroz — Abrahão Miguel — Arnaldo Busato — Emilio Carrazzi — Erondy Silveiro — Eurico Rosas — Igo Losso — Ivo Tomazoni — João Mansur — Jorge Sato — Luiz Cruz — Luiz Malucelli — Nelson Bufara — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Roberto Galvani — Roberto Wypych — Seme Scáff — Silvio Barros e Túlio Vargas (31), achando-se ausentes os seguintes deputados: Fabiano Braga Cortes — Fuad Nacli — Olavo Ferreira — Olivir Gabardo — Paulo Poli — Pinto Dias — Wilson Fortes (7).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 31 srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

Discussão única — da Proposição n.º 326-69, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 44-69, de autoria do dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo, firmar convênio através do D.E.R., com os Municípios de Nova Fátima e Nova América da Colina, com objetivo de retificar o trecho de Estrada que os interliga. — Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Encerrada a discussão. Em votação. — **Rejeitado o projeto, mantido o veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, terça-feira, quinze minutos após a realização da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 27-69.

Levanta-se a sessão.

PORTARIA N. 216-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2434, de 4 de maio de 1.970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Lauro Alcantara Martins, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, relativas ao exercício de 1969, a partir de 11 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 6 de maio de 1970.

a) FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 217-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2422, de 30 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

colocar a disposição da Sub-Comissão de Sindicância Estadual, sem prejuízo de suas funções normais na Divisão das Comissões, para exercer as funções de Secretária da citada subcomissão, a funcionária Rita Celestino Soares, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 6 de maio de 1970.

FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral

PORTARIA N. 218-70

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 2509, de 29 de abril de 1970, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Gabriel Brotto, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias relativas ao exercício de 1970, a partir de 4 de maio de 1970.

Gabinete da Diretoria Geral, em 6 de maio de 1970.

a) — FLODOALDO TRINDADE — Diretor Geral